

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 20240004-UVA/PROPLAD
PROCESSO Nº 31022.000547/2023-85
UASG: 943001
NÚMERO COMPRASNET: 90347.2024

A UNIVERSIDADE ESTADUAL VALE DO ACARAÚ – UVA, por intermédio do pregoeiro e do membro da equipe de apoio designados por ato do Governador do Estado, que ora integra os autos, torna público que realizará licitação na modalidade PREGÃO, na forma eletrônica, exclusivamente para Microempresas, Empresas de Pequeno Porte, e/ou as Cooperativas, que se enquadrem no disposto no art. 34 da Lei nº 11.488/2007 que se encontrem aptos a se beneficiarem do tratamento diferenciado e favorecido nos termos Lei Complementar nº 123/2006.

1. DO CRITÉRIO DE JULGAMENTO

1.1. O critério de julgamento será o de MENOR PREÇO POR GRUPO, conforme tabela constante do Termo de Referência, devendo o licitante oferecer proposta para todos os itens que o compõe. A proposta final para o grupo não poderá conter item com valor superior ao estimado pela Administração, independentemente do valor total do grupo.

2. DO REGIME DE EXECUÇÃO INDIRETA

2.1. O regime de execução indireta se dará por EMPREITADA POR PREÇO UNITÁRIO.

3. DA BASE LEGAL

3.1. A licitação se encontra baseada na Lei Federal nº 14.133, de 1º de abril de 2021, e suas alterações; Lei Estadual nº 18.417, de 11 de julho de 2023; Lei Federal nº 14.682, de 20 de setembro de 2023, Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006; Lei Complementar Estadual nº 65, de 3 de janeiro de 2008, Lei Complementar Estadual nº 134, de 7 de abril de 2014, Decreto Estadual nº 35.067, de 21 de dezembro de 2022 e suas alterações, Decreto Estadual nº 35.283, de 19 de janeiro de 2023, Decreto Estadual nº 35.726, de 30 de outubro de 2023, Portaria PGE/GAB nº 36, de 8 de março de 2024 e demais legislação aplicável e, ainda, de acordo com as condições estabelecidas neste edital e seus anexos.

4. DO OBJETO

4.1. O objeto da licitação é a prestação dos serviços de gerenciamento de hospedagem em hotel 03 (três) estrelas, incluindo alimentação, para atender as necessidades da Universidade Estadual Vale do Acaraú – UVA, localizados na sede dos municípios de Fortaleza, São Benedito, Acaraú e Camocim-Ceará, nas condições estabelecidas neste edital e seus anexos.

5. DO ACESSO AO EDITAL, DO LOCAL DE REALIZAÇÃO E DO PREGOEIRO

5.1. Este edital está disponível gratuitamente nos sítios www.portalcompras.ce.gov.br e <https://www.gov.br/compras/pt-br/aceso-a-informacao/consulta-detalhada>.

5.2. O certame será realizado por meio do sistema do Comprasnet, no endereço eletrônico <https://www.comprasnet.gov.br/seguo/loginPortal.asp>, pelo pregoeiro *Robinson de Borba e Veloso*.

5.3. Em atendimento à Portaria/PGE nº 038/2022, de 17 de março de 2022, a audiência que possa ser requerida por representante de licitante ou interessado em participar de licitação, com o fito de despachar sobre recurso ou impugnação de sua autoria junto à Central de Licitações, da Procuradoria-Geral do Estado, será realizada por meio presencial ou eletrônico e remoto, com o uso de solução tecnológica de videoconferência. Tal formalidade não se aplica no caso de simples instruções, tais como, provocações sobre datas, estágio de tramitação e demais orientações meramente procedimentais, sem qualquer intervenção de mérito, que serão prestadas pela equipe de apoio da Central de Licitações, sob a supervisão de seu responsável.

5.3.1. A referida audiência realizar-se-á na presença de pelo menos 01 (um) Procurador do Estado, ou pela coordenação da Central de Licitações, de acordo com o caso, e deverá ser registrada em meio hábil à verificação do ato.

5.3.2. Observa-se que a solicitação de audiência deverá ser previamente encaminhada por e-mail, com indicação expressa do assunto e do processo licitatório a que relaciona. Quando realizada por meio eletrônico e remoto, a audiência deverá ficar registrada por meio de gravação e armazenamento de imagem e vídeo ou por redução a termo do ato.

5.3.3. A equipe de apoio atende pelo telefone de nº (85) 3459-6370 e pelo e-mail: licitacao@pge.ce.gov.br.

6. DAS DATAS E HORÁRIOS DO CERTAME

6.1. INÍCIO DO ACOLHIMENTO DAS PROPOSTAS: **29/07/2024**

6.2. DATA DE ABERTURA DAS PROPOSTAS : **12/08/2024, às 8h30min.**

6.3. INÍCIO DA SESSÃO DE DISPUTA DE PREÇOS: **12/08/2024, às 8h30min.**

6.4. REFERÊNCIA DE TEMPO: Para todas as referências de tempo utilizadas pelo sistema será observado o horário de Brasília/DF.

6.5. Na hipótese de não haver expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data prevista, a sessão será remarçada, para no mínimo 48h a contar da respectiva data, exceto quando remarçada automaticamente pelo próprio sistema eletrônico.

7. DO ENDEREÇO E HORÁRIO DA CENTRAL DE LICITAÇÕES

7.1. Central de Licitações/PGE, Av. Dr. José Martins Rodrigues, nº 150, Bairro Edson Queiroz, Fortaleza – Ceará, CEP. 60811- 520, CNPJ nº 06.622.070/0001-68.

7.2. Horário de expediente da Central de Licitações: das 8h às 12h e das 14h às 18h.

8. DA ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

8.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão a conta de recursos específicos consignados no Orçamento Geral do Estado.

8.2. A contratação será atendida pela seguinte dotação:

(1477) 31200002.12.364.241.20613.11.339039.1.5009100000.0 e

(28255) 31200002.12.364.241.20613.08.339039.1.5009100000.0.

8.2.1. Gestão/Unidade: Universidade Estadual Vale do Acaraú - UVA;

8.2.2. Fonte de Recursos: Tesouro Estadual (500);

8.2.3. Programa de Trabalho: 241 – Desenvolvimento Integral da Educação Superior;

8.2.4. Elemento de Despesa: 339039 (outros serviços de terceiros – pessoa jurídica);

9. DA PARTICIPAÇÃO

9.1. Poderão participar deste certame os interessados que estiverem previamente credenciados no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores(SICAF) disponível no Portal Nacional de Contratações Públicas(PNCP) e no Sistema de Compras do Governo Federal (www.gov.br/compras), por meio de Certificado Digital conferido pela Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira- ICP- Brasil.

9.1.1. A participação implica a aceitação integral dos termos deste edital.

9.2. É de responsabilidade do cadastrado conferir a exatidão dos seus dados cadastrais nos sistemas relacionados no subitem anterior e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.

9.3. O licitante responsabiliza-se exclusiva e formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assumindo como firmes e verdadeiras suas propostas e seus lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, excluía a responsabilidade do provedor do sistema ou da Central de Licitações responsável pelo processamento das licitações, por eventuais danos decorrentes de uso indevido das credenciais de acesso, ainda que por terceiros.

9.3.1. Caberá ao licitante interessado em participar da licitação acompanhar as operações no sistema eletrônico durante o processo licitatório e se responsabilizar pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de mensagens emitidas pela Administração ou de sua desconexão.

9.3.2. O licitante deverá comunicar imediatamente ao provedor do sistema qualquer acontecimento que possa comprometer o sigilo ou a segurança, para imediato bloqueio de acesso.

9.4. Não poderão disputar esta licitação:

9.4.1. Aquele que não atenda às condições deste edital e seus anexos;

9.4.2. Empresa em estado de insolvência civil, sob processo de falência, dissolução, fusão, cisão, incorporação e liquidação.

9.4.3. Pessoa física ou jurídica que se encontre, ao tempo da licitação, impossibilitada de participar da licitação em decorrência de sanção que lhe foi imposta, observado o § 1º do art. 14 da Lei nº 14.133/2021;

9.4.4. Agente público do órgão ou entidade licitante, devendo ser observadas as situações que possam configurar conflito de interesses no exercício ou após o exercício do cargo ou emprego, nos termos da legislação que disciplina a matéria, conforme §1º do art. 9º da Lei nº 14.133/2021. A vedação é estendida a terceiros que auxilie a condução da contratação na qualidade de integrante de equipe de apoio, profissional especializado ou funcionário ou representante de empresa que preste assessoria técnica.

9.4.5. Empresa estrangeira não autorizada a comercializar no país;

9.4.6. Empresa ou sociedade cooperativa cujo estatuto ou contrato social não inclua em seu objetivo social atividade compatível com o objeto do certame, e ainda, que não atendam o art. 16 da Lei nº 14.133/2021;

9.4.7. Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público - OSCIP, atuando nessa condição;

9.4.8. Empresas controladoras, controladas ou coligadas, nos termos da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, concorrendo entre si;

9.4.9. Aquele que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau;

9.4.10. Pessoa física ou jurídica que, nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação deste edital, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista;

9.4.11. Pessoa física ou jurídica que integre o rol de pessoas sancionadas nas hipóteses do §5º do art.14 da Lei nº 14.133/2021, ou que seja declarada inidônea nos termos da referida Lei.

9.5. É permitida a participação de consórcio, nos termos do Decreto Estadual nº 35.067/2022 e o art. 15 da Lei Federal nº 14.133/2021, observadas as seguintes normas:

9.5.1. Indicação da empresa líder do consórcio, que será responsável por sua representação perante a Administração;

9.5.1.1. No consórcio de empresas brasileiras e estrangeiras, a liderança caberá, obrigatoriamente, à empresa brasileira;

9.5.2. Comprovação de compromisso público ou particular de constituição de consórcio, subscrito pelos consorciados;

9.5.2.1. O licitante vencedor fica obrigado a promover, antes da celebração do contrato, a constituição e o registro do consórcio, devendo comprovar o arquivamento na Junta Comercial e a inscrição no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica – CNPJ;

9.5.3. Impedimento de a empresa consorciada participar, na mesma licitação, de mais de um consórcio ou de forma isolada;

9.5.4. Os atos praticados em consórcio, tanto na fase de licitação quanto na de execução do contrato, possuem responsabilidade solidária de todos os seus integrantes;

9.5.4.1. O compromisso de constituição de consórcio e o contrato a ser celebrado pelo consórcio vencedor deverão conter cláusula de responsabilidade solidária;

9.5.5. A substituição de consorciado deverá ser expressamente autorizada pelo órgão ou entidade contratante e condicionada à comprovação de que a nova empresa do consórcio possui, no mínimo, os mesmos quantitativos para efeito de habilitação técnica e os mesmos valores para efeito de qualificação econômico-financeira apresentados pela empresa substituída para fins de habilitação do consórcio;

9.5.6. A habilitação técnica, quando exigida, será feita por meio do somatório dos quantitativos de cada consorciado e, para efeito de habilitação econômico-financeira, quando exigida, será observado o somatório dos valores de cada consorciado, na proporção de sua respectiva participação;

9.5.6.1. Para cumprimento do subitem anterior, faz-se necessário também a demonstração, por todos os consorciados, do atendimento aos requisitos contábeis definidos neste edital e/ou seus anexos, quando houver.

9.5.7. Se o consórcio não for formado integralmente por microempresas ou empresas de pequeno porte e for exigido requisitos de habilitação econômico-financeira, haverá um acréscimo de 10% (dez por cento) para o consórcio em relação ao valor exigido para os licitantes individuais.

10. DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO

10.1. Qualquer pessoa é parte legítima para impugnar este edital por irregularidade na aplicação da Lei nº 14.133/2021, ou para solicitar esclarecimento sobre seus termos, devendo encaminhar o pedido até 3 (três) dias úteis antes da data da abertura do certame, no endereço eletrônico citado no subitem 10.3 abaixo.

10.2. A resposta à impugnação ou ao pedido de esclarecimento será divulgada por meio do sistema utilizado na realização do certame, no prazo de até 3 (três) dias úteis contado da data de recebimento do pedido, limitado ao último dia útil anterior à data da sessão pública. As respostas divulgadas vincularão os participantes e a Administração.

10.2.1. As decisões do pregoeiro, se darão com embasamento nos pareceres e laudos emitidos pelas áreas técnicas e jurídicas do órgão e entidade promotora da licitação nos termos dos §§ 1º, 2º e 3º do art. 24 do Decreto nº 35.067/2022.

10.2.2. Na impossibilidade de resposta à impugnação no prazo citado no subitem 10.2, o pregoeiro poderá adiar a abertura da sessão pública, mediante aviso no sistema utilizado na realização do certame.

10.3. A impugnação e o pedido de esclarecimento deverão ser realizados exclusivamente por meio eletrônico, no endereço licitacao@pge.ce.gov.br, até as 23h59min, com a informação do nº do pregão, o órgão ou entidade promotor da licitação e pregoeiro responsável.

10.3.1. As impugnações apresentadas deverão ser subscritas por representante legal mediante comprovação, sob pena do seu não conhecimento.

10.4. As impugnações e pedidos de esclarecimentos não suspendem os prazos previstos no certame.

10.4.1. A concessão de efeito suspensivo à impugnação é medida excepcional e deverá ser motivada pelo pregoeiro, nos autos do processo de licitação.

10.5. Acolhida a impugnação, será definida e publicada nova data para a realização do certame, exceto quando a alteração não comprometer a formulação das propostas.

11. DA HABILITAÇÃO

11.1. A habilitação será verificada por meio do Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores – SICAF, do Governo Federal ou do Certificado de Registro Cadastral (CRC) emitido pela Secretaria do Planejamento e Gestão (SEPLAG), do Estado do Ceará, nos documentos de habilitação por eles abrangidos.

11.1.1. A verificação no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores(SICAF) ou a exigência dos documentos nele não contidos, somente será feita em relação ao licitante provisoriamente vencedor.

11.1.2. A verificação pelo pregoeiro, em sítios eletrônicos oficiais de órgãos e entidades emissores de certidões constitui meio legal de prova, para fins de habilitação.

11.1.3. Como condição prévia ao exame da documentação de habilitação do licitante detentor da proposta classificada em primeiro lugar, o pregoeiro verificará o eventual descumprimento das condições de participação previstas neste edital.

11.1.4. Constatada a existência de sanção e/ou eventual descumprimento das condições de participação, o pregoeiro reputará o licitante inabilitado.

11.2. Habilitação jurídica

11.2.1. A documentação relativa à habilitação jurídica consistirá em:

11.2.1.1. Pessoa física: cédula de identidade (RG) ou documento equivalente que, por força de lei, tenha validade para fins de identificação em todo o território nacional;

11.2.1.2. Empresário individual: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;

11.2.1.3. Microempreendedor Individual - MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio <https://www.gov.br/empresas-e-negocios/pt-br/empreendedor>;

11.2.1.4. Sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal – SLU ou sociedade identificada como empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI: inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

11.2.1.6. Sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

11.2.1.7. Filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária: inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz;

11.2.1.8. Sociedade cooperativa: ata de fundação e estatuto social, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, além do registro de que trata o art. 107 da Lei nº 5.764/1971;

11.3. Qualificação técnica

11.3.1. A documentação relativa à qualificação técnico-operacional, nos termos do art. 67 da Lei Federal nº 14.133/2021, consistirá em:

11.3.1.1. Prova de inscrição ou registro do licitante, junto ao conselho profissional competente, quando for o caso, da localidade da sede do licitante, em plena validade;

11.3.1.2. Certidões ou atestados, regularmente emitidos pelo conselho profissional competente, quando for o caso, que demonstrem capacidade operacional na execução de serviços similares ou superior, bem como documentos comprobatórios emitidos na forma do § 3º do art. 88 da Lei nº 14.133/2021;

11.3.2. Para a participação de cooperativas, será exigida a seguinte documentação complementar:

11.3.2.1. A relação dos cooperados que atendem aos requisitos técnicos exigidos para a contratação e que executarão o contrato, com as respectivas atas de inscrição e a comprovação de que estão domiciliados na localidade da sede da cooperativa, respeitado o disposto nos arts. 4º, inciso XI, 21, inciso I e 42, §§2º a 6º da Lei nº 5.764/1971;

11.3.2.2. A declaração de regularidade de situação do contribuinte individual – DRSCI, para cada um dos cooperados indicados;

11.3.2.3. A comprovação do capital social proporcional ao número de cooperados necessários à execução do contrato;

11.3.2.4. O registro previsto no art. 107 da Lei nº 5.764/1971;

11.3.2.5. A comprovação de integração das respectivas quotas-partes por parte dos cooperados que executarão o contrato;

11.3.2.6. Os seguintes documentos para a comprovação da regularidade jurídica da cooperativa: a) ata de fundação; b) estatuto social com a ata da assembleia que o aprovou; c) regimento dos fundos instituídos pelos cooperados, com a ata da assembleia; d) editais de convocação das três últimas assembleias gerais extraordinárias; e) três registros de presença dos cooperados que executarão o contrato em assembleias

gerais ou nas reuniões seccionais; e f) ata da sessão que os cooperados autorizaram a cooperativa a contratar o objeto da licitação;

11.3.2.7. A última auditoria contábil-financeira da cooperativa, conforme dispõe o art. 112 da Lei nº 5.764/1971, ou uma declaração, sob as penas da lei, de que tal auditoria não foi exigida pelo órgão fiscalizador.

11.4. Habilitações fiscal, social e trabalhista

11.4.1. As habilitações fiscal, social e trabalhista serão aferidas mediante a verificação dos seguintes requisitos:

11.4.1.1. A inscrição no Cadastro de Pessoas Físicas (CPF) ou no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica (CNPJ);

11.4.1.2. A inscrição no cadastro de contribuintes estadual e/ou municipal, se houver, relativo ao domicílio ou sede do licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

11.4.1.3. A regularidade perante a fazenda federal, estadual e/ou municipal do domicílio ou sede do licitante, ou outra equivalente, na forma da lei;

11.4.1.4. A regularidade relativa à seguridade social e ao FGTS, que demonstre cumprimento dos encargos sociais instituídos por lei;

11.4.1.5. A regularidade perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452/1943;

11.4.1.6. O cumprimento do disposto no inciso XXXIII do art. 7º da Constituição Federal.

11.4.2. Caso o licitante seja considerado isento dos tributos estaduais e/ou municipais relacionados ao objeto contratual, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei.

11.4.3. O licitante enquadrado como microempreendedor individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar nº 123/2006, estará dispensado da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal, uma vez que o certificado de microempreendedor – CCMEI, supre as exigências de inscrição nos cadastros fiscais, na medida em que essas informações constam no próprio certificado.

11.4.4. Os documentos enumerados no subitem 11.4.1, poderão ser substituídos ou supridos, no todo ou em parte, por outros meios hábeis a comprovar a regularidade do licitante, inclusive por meio eletrônico. Quanto a comprovação de atendimento do disposto nos subitens 11.4.1.3, 11.4.1.4 e 11.4.1.5 deverá ser feita na forma da legislação específica.

11.4.5. Para os Estados e Municípios que emitam prova de regularidade fiscal em separado, os proponentes deverão apresentar as respectivas certidões.

11.4.6. As microempresas e empresas de pequeno porte deverão encaminhar a documentação de habilitação, ainda que haja alguma restrição de regularidade fiscal e trabalhista, nos termos do art. 43, § 1º da Lei Complementar nº 123, de 2006.

11.4.6.1. Havendo restrição quanto à regularidade fiscal e trabalhista da microempresa, da empresa de pequeno porte ou da cooperativa que se enquadre nos termos do art. 34, da Lei Federal nº 11.488/2007, será assegurado o prazo de 5 (cinco) dias úteis, contados a partir de declarado o vencedor, para a regularização do(s) documento(s), podendo tal prazo ser prorrogado por igual período, conforme dispõe a Lei Complementar nº 123/2006.

11.4.6.2. A não comprovação da regularidade fiscal e trabalhista, até o final do prazo estabelecido, implicará a decadência do direito, sem prejuízo das sanções cabíveis, sendo facultado ao pregoeiro convocar os licitantes remanescentes, por ordem de classificação.

11.4.7. Os documentos relativos à regularidade fiscal somente serão exigidos, em qualquer caso, em momento posterior ao julgamento das propostas, e apenas do licitante melhor classificado.

11.4.7.1. Respeitada a exceção do subitem anterior, relativa à regularidade fiscal, quando a fase de habilitação anteceder as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento, a verificação ou exigência do presente subitem ocorrerá em relação a todos os licitantes.

11.5. Habilitação econômico-financeira

11.5.1. A habilitação econômica financeira será aferida mediante a apresentação da seguinte documentação, nos termos do art. 69 da Lei nº 14.133/2021:

11.5.1.1. Certidão negativa de feitos sobre falência expedida pelo distribuidor da sede do licitante, exceto as sociedades cooperativas, conforme dispõe o art. 4º da Lei nº 5.764/1971. No caso de pessoa física ou de sociedade simples, certidão negativa de insolvência civil expedida pelo distribuidor do domicílio ou sede do licitante.

11.5.1.1.1. Na ausência da certidão negativa, o licitante em recuperação judicial deverá comprovar o acolhimento judicial do plano de recuperação judicial nos termos do art. 58 da Lei nº 11.101/2005. No caso do licitante em recuperação extrajudicial deverá apresentar a homologação judicial do plano de recuperação.

11.6. Os documentos deverão ser apresentados ou pela matriz ou pela filial que estiver participando do certame, com exceção dos documentos que são válidos tanto para matriz como para as filiais como é o caso dos atestados de capacidade técnica. O contrato será celebrado com a sede que apresentou a documentação.

11.7. O documento obtido através de *sítios* oficiais, que esteja condicionado à aceitação via internet, terá sua autenticidade verificada pelo pregoeiro.

11.7.1. Os documentos têm que se encontrar dentro do prazo de validade. Na hipótese de o documento não constar expressamente a validade, este deverá ser acompanhado de declaração ou regulamentação do órgão emissor que disponha sobre sua validade. Na ausência de tal declaração ou regulamentação, o documento será considerado válido pelo prazo de 90 (noventa) dias, contados a partir da data de sua emissão, quando se tratar de documentos referentes à habilitação fiscal e econômico-financeira.

12. DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA ELETRÔNICA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

12.1. Na presente licitação, a fase de habilitação sucederá as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento.

12.1.1. Os licitantes encaminharão, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, a proposta com o preço ou o percentual de desconto, conforme o critério de julgamento adotado neste edital, até a data e o horário estabelecidos para abertura da sessão pública.

12.1.1.1. Após o julgamento da proposta, o licitante vencedor deverá enviar no prazo de 24 (vinte e quatro) horas contado da convocação do pregoeiro, os documentos de habilitação.

12.3. Após a entrega dos documentos para habilitação e/ou proposta, não será permitida a substituição ou a apresentação de novos documentos, salvo em sede de diligência conforme art. 64 da Lei nº 14.133/2021. O licitante deverá enviar os documentos complementares via sistema no prazo de 24 (vinte e quatro) horas a contar da solicitação.

12.3.1. Não se caracterizam documentos novos aqueles que venham a comprovar fatos existentes à época da abertura da sessão, com respaldo no previsto no Acórdão 1211/2021-TCU-Plenário.

12.3.2. Realizada a diligência, o não envio das informações ou documentos no prazo estabelecido pelo pregoeiro, ensejará a preclusão desse direito, resultando na inabilitação e/ou desclassificação do licitante.

12.4. A não apresentação de autodeclarações formais e/ou termos de compromissos exigidos, exceto a declaração de que sua proposta compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas conforme subitem 12.5.1, não implicará na desclassificação ou inabilitação imediata do licitante. Compete a Administração mediante diligência, conceder o mesmo prazo estabelecido no subitem 12.3 para o devido saneamento, em respeito aos princípios do formalismo moderado e da razoabilidade.

12.5. No cadastramento da proposta inicial, o licitante declarará, em campo próprio do sistema, que:

12.5.1. Está ciente e concorda com as condições contidas no edital e seus anexos, bem como de que a proposta apresentada compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de sua entrega em definitivo e que cumpre plenamente os requisitos de habilitação definidos no instrumento convocatório;

12.5.2. Não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do art. 7º, XXXIII, da Constituição;

12.5.3. Não possui, em sua cadeia produtiva, empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal;

12.5.4. Cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da previdência social ou para aprendiz, bem como as reservas de cargo previstas em lei e em outras normas específicas, conforme disposto no art. 116 da Lei nº 14.133/2021;

12.5.5. O licitante enquadrado como microempresa, empresa de pequeno porte ou a sociedade cooperativa que cumpra os requisitos estabelecidos no art. 16 da Lei nº 14.133/2021, deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no art. 3º da Lei Complementar nº 123/2006, estando apto a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus arts. 42 a 49, observado o disposto nos §§ 1º ao 3º do art. 4º, da Lei nº 14.133/2021;

12.5.5.1. No item exclusivo para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo “*não*” impedirá o prosseguimento no certame, para aquele item;

12.5.5.2. Nos itens em que a participação não for exclusiva para microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo “*não*” apenas produzirá o efeito de o licitante não ter direito ao tratamento favorecido previsto na Lei Complementar nº 123/2006, mesmo que seja microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa.

12.6. A falsidade das declarações de que tratam os subitens 12.5.1 ao 12.5.5, sujeitará o licitante às sanções previstas na Lei Federal nº 14.133/2021, e neste edital.

12.7. Os licitantes poderão retirar ou substituir as propostas no sistema, até a abertura da sessão pública.

12.8. Não haverá ordem de classificação na etapa de apresentação da proposta e dos documentos de habilitação pelo licitante, o que ocorrerá somente após os procedimentos de abertura da sessão pública e da fase de envio de lances.

13. DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA

13.1. O licitante deverá enviar sua proposta eletrônica com o preenchimento obrigatório de todos os campos solicitados no sistema.

13.1.1. Os preços deverão ser expressos em reais, com até 2 (duas) casas decimais.

13.2. Todas as especificações do objeto contidas na proposta vinculam o licitante.

13.3. Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente na execução do objeto.

13.4. Os preços ofertados, tanto na proposta eletrônica, quanto na etapa de lances, serão de exclusiva responsabilidade do licitante, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.

13.5. Se o regime tributário da empresa implicar o recolhimento de tributos em percentuais variáveis, a cotação adequada será a que corresponde à média dos efetivos recolhimentos da empresa nos últimos doze meses.

13.6. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, no pagamento serão retidos na fonte os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

13.7. A apresentação das propostas implica obrigatoriedade do cumprimento das disposições nelas contidas, assumindo o proponente o compromisso de executar o objeto lícitado nos seus termos, e quando for o caso, de fornecer os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários em quantidades e qualidades adequadas à perfeita execução contratual.

13.8. O prazo de validade da proposta não será inferior a 90 (noventa) dias, a contar da data de sua apresentação.

13.9. Os licitantes devem respeitar os preços máximos estabelecidos pela Administração.

13.10. O descumprimento das regras supramencionadas pela Administração por parte dos contratados pode ensejar a responsabilização pelos Tribunais de Contas e, após o devido processo legal, gerar as seguintes consequências: assinatura de prazo para a adoção das medidas necessárias ao exato cumprimento da lei, ou condenação dos agentes públicos responsáveis e do contratado ao pagamento dos prejuízos ao erário, caso verificada a ocorrência de superfaturamento ou sobrepreço na execução do contrato.

14. DA ABERTURA DA SESSÃO, CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DE LANCES

14.1. A abertura da presente licitação dar-se-á automaticamente em sessão pública, por meio de sistema eletrônico, na data, horário e local indicados neste edital, vedada a identificação do licitante, sob pena de desclassificação.

14.1.1. A desclassificação será sempre fundamentada e registrada no sistema, com acompanhamento em tempo real por todos os participantes.

14.1.2. A não desclassificação da proposta não impede o seu julgamento definitivo em sentido contrário, levado a efeito na fase de aceitação.

14.2. O sistema ordenará automaticamente as propostas classificadas, sendo que somente estas participarão da fase de lances.

14.3. O sistema disponibilizará campo próprio para troca de mensagens entre o pregoeiro e os licitantes.

14.4. Iniciada a etapa competitiva, os licitantes deverão encaminhar os lances exclusivamente por meio de sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do seu recebimento e do valor consignado no registro.

14.5. O lance deverá ser ofertado pelo valor unitário.

14.6. Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observando o horário fixado para abertura da sessão e as regras estabelecidas neste edital.

14.7. O licitante poderá, uma única vez, excluir seu último lance ofertado, no intervalo de quinze segundos após o registro no sistema, na hipótese de lance inconsistente ou inexecutável.

14.8. Os licitantes somente poderão oferecer lances de valor unitário inferior ao último por eles ofertados e registrados pelo sistema.

14.9. O intervalo mínimo de diferença de valores entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação à proposta que cobrir a melhor oferta deverá ser de **R\$ 1,00 (um real)**, utilizando como referência o valor unitário do item.

14.10. Desde que disponibilizada a funcionalidade no sistema, o licitante poderá parametrizar o seu valor final mínimo quando do cadastramento da proposta e obedecerá às seguintes regras:

14.10.1. A aplicação do intervalo mínimo de diferença de valores entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação ao lance que cobrir a melhor oferta; e

14.10.2. Os lances serão de envio automático pelo sistema, respeitado o valor final mínimo estabelecido e o intervalo de que trata o subitem acima.

14.11. O valor final mínimo parametrizado no sistema poderá ser alterado pelo licitante durante a fase de disputa, sendo vedado:

14.11.1. Valor superior a lance já registrado por ele mesmo no sistema, quando adotado o critério de julgamento por menor preço; e

14.12. O valor final mínimo parametrizado na forma do subitem 14.11. possuirá caráter sigiloso para os demais licitantes e para o pregoeiro, podendo ser disponibilizado estrita e permanentemente aos órgãos de controle externo e interno.

14.13. No modo de disputa **“aberto e fechado”** os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com lance final e fechado.

14.13.1. A etapa de lances da sessão pública terá duração inicial de quinze minutos. Após esse prazo, o sistema encaminhará aviso de fechamento iminente dos lances, após o que transcorrerá o período de tempo de até dez minutos, aleatoriamente determinado, findo o qual será automaticamente encerrada a recepção de lances.

14.13.2. Encerrado o prazo previsto no subitem anterior, o sistema abrirá oportunidade para que o autor da melhor oferta e os das ofertas com preços até 10% (dez por cento) superiores àquela, possam ofertar um lance final e fechado em até cinco minutos, o qual será sigiloso até o encerramento deste prazo.

14.13.3. O licitante poderá optar por manter o seu último lance da etapa aberta, ou por ofertar melhor lance.

14.13.4. Não havendo pelo menos três ofertas nas condições definidas no subitem 14.13.2, poderão os autores dos melhores lances subsequentes, na ordem de classificação, até o máximo de três, oferecer um lance final e fechado em até cinco minutos, o qual será sigiloso até o encerramento deste prazo, observado o disposto no subitem 14.13.3.

14.13.5. Poderá o pregoeiro, auxiliado pela equipe de apoio, justificadamente, admitir o reinício da etapa fechada, caso nenhum licitante classificado na etapa de lance fechado atender às exigências de habilitação.

14.13.6. Após o término dos prazos estabelecidos nos subitens anteriores, o sistema ordenará e divulgará os lances segundo a ordem crescente.

14.14. Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar.

14.15. Durante o transcurso da sessão pública, os licitantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado. O sistema não identificará o autor dos lances ao pregoeiro nem aos demais participantes.

14.16. No caso de desconexão com o pregoeiro, no decorrer da etapa competitiva do pregão, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível aos licitantes para a recepção dos lances, sem prejuízos dos atos realizados.

14.17. Quando a desconexão do sistema eletrônico para o pregoeiro persistir por tempo superior a dez minutos, a sessão pública será suspensa e reiniciada somente após decorridas 24 (vinte e quatro) horas da comunicação do fato pelo pregoeiro aos participantes, no sítio eletrônico utilizado para divulgação.

14.18. Caso o licitante não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta.

14.19. Só poderá haver empate entre propostas iguais, não seguidas de lances, ou entre lances finais da fase fechada do modo de disputa aberto e fechado.

14.19.1. Havendo eventual empate entre propostas ou lances, o critério de desempate obedecerá a seguinte ordem:

14.19.1.1. Disputa final, hipótese em que os licitantes empatados poderão apresentar nova proposta em ato contínuo à classificação;

14.19.1.2. Persistindo o empate será assegurada preferência, sucessivamente aos serviços prestados por:

14.19.1.2.1. Empresas estabelecidas no território do Estado do Ceará;

14.19.1.2.2. Empresas brasileiras.

14.20. Encerrada a etapa de envio de lances da sessão pública, o pregoeiro deverá negociar condições mais vantajosas com o primeiro colocado, vedada a negociação em condições diferentes das previstas neste edital.

14.20.1. A negociação deverá ser feita com os demais licitantes, segundo a ordem de classificação inicialmente estabelecida, quando o primeiro colocado, mesmo após a negociação, for desclassificado em razão de sua proposta permanecer acima do preço máximo definido pela Administração.

14.20.2. A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.

14.20.3. O resultado da negociação será divulgado a todos os licitantes e anexado aos autos do processo licitatório.

14.20.4. A proposta deverá conter todas as especificações do objeto em atendimento ao Anexo I – Termo de Referência.

14.20.5. O pregoeiro solicitará ao licitante mais bem classificado para no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, após a negociação realizada, anexar a proposta adequada ao último lance por ele ofertado.

15. DA FASE DE JULGAMENTO

15.1. Encerrada a etapa de negociação, o pregoeiro verificará se o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar atende às condições de participação no certame, observado o previsto no art. 14 da Lei nº 14.133/21, legislação correlata e no subitem 9.1 deste edital, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta aos seguintes cadastros:

I- Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores(SICAF);

II- Certificado de Registro Cadastral(CRC)CE.

III- Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas(CEIS), mantido pela Controladoria-Geral da União (<https://www.portaltransparencia.gov.br/sancoes>); e

IV- Cadastro Nacional de Empresas Punidas(CNEP), mantido pela Controladoria-Geral da União (<https://www.portaltransparencia.gov.br/sancoes>).

15.2. A consulta aos cadastros será realizada em nome da empresa licitante.

15.3. Caso atendidas as condições de participação, será iniciado o procedimento de habilitação.

15.4. Na hipótese de o licitante não atender às exigências para habilitação, o pregoeiro examinará a proposta subsequente e assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a apuração de uma proposta que atenda ao presente edital, observado o prazo disposto no subitem 14.21.5 deste edital.

15.4.1. As decisões do pregoeiro se darão baseadas nos pareceres e laudos, nos termos previstos no subitem 10.2.1, deste edital.

15.4.2. Somente serão disponibilizados para acesso público os documentos de habilitação do licitante cuja proposta atenda ao edital de licitação, após concluídos os procedimentos de que trata o subitem anterior.

15.5. Caso o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar tenha se utilizado de algum tratamento favorecido às ME/EPPs, o pregoeiro verificará se faz jus ao referido benefício.

15.6. Verificadas as condições de participação e de utilização do tratamento favorecido, o pregoeiro examinará a proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação ao objeto e à compatibilidade do preço em relação ao máximo estipulado para contratação neste edital e em seus anexos.

15.7. Será desclassificada a proposta vencedora que:

15.7.1. Contiver vícios insanáveis;

15.7.2. Não obedecer às especificações técnicas contidas no termo de referência;

15.7.3. Apresentar preços inexequíveis ou permanecer acima do preço máximo definido para a contratação;

15.7.4. Não tiver sua exequibilidade demonstrada, quando exigido pela Administração;

15.7.5. Apresentar desconformidade com quaisquer outras exigências deste edital ou seus anexos, desde que insanável;

15.7.6. Deixar de apresentar a declaração de que sua proposta compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas conforme subitem 12.5.1 deste edital.

15.7.7. Contiver item com valor superior ao estimado pela Administração, independentemente do valor total do grupo, quando houver agrupamento de itens.

15.8. A ausência de documentos possíveis de ser verificados em sites oficiais, não é motivo de desclassificação.

15.9. Se houver indícios de inexequibilidade da proposta de preço, ou em caso da necessidade de esclarecimentos complementares, poderão ser efetuadas diligências, para que o licitante comprove a exequibilidade da proposta, conforme disposto no inciso IV do art. 59 da Lei nº 14.133/2021.

16. DOS RECURSOS

16.1. A interposição de recurso referente ao julgamento das propostas, à habilitação ou inabilitação de licitantes, à anulação ou revogação da licitação, observará o disposto no art. 165 da Lei nº 14.133/2021.

16.2. O prazo recursal é de 3 (três) dias úteis, contados da data de intimação ou de lavratura da ata de julgamento da proposta, ou da habilitação ou inabilitação.

16.3. Quando a decisão do pregoeiro importar em abertura de prazo recursal, será comunicada a retomada da sessão pública com, no mínimo, 24 (vinte e quatro) horas de antecedência, no sítio eletrônico utilizado para realização do certame.

16.3.1. Qualquer licitante poderá, durante o prazo de 10 (dez) minutos, de forma imediata após o término do julgamento das propostas e do ato de habilitação ou inabilitação, em campo próprio do sistema, manifestar sua intenção de recorrer, sob pena de preclusão.

16.4. Os recursos deverão ser encaminhados em campo próprio do sistema.

16.5. O recurso será dirigido à autoridade que tiver editado o ato ou proferido a decisão recorrida, a qual poderá reconsiderar sua decisão no prazo de 3 (três) dias úteis, ou, nesse mesmo prazo, encaminhar recurso para a autoridade superior, a qual deverá proferir sua decisão no prazo de 10 (dez) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

16.6. Os recursos interpostos fora do prazo não serão conhecidos.

16.7. O prazo para apresentação de contrarrazões ao recurso pelos demais licitantes será de 3 (três) dias úteis, contados da data da intimação pessoal ou da divulgação da interposição do recurso, assegurada a vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses.

16.7.1. Caso o licitante entenda ser necessário o envio de documentos complementares para melhor entendimento das suas razões e/ou contrarrazões de recurso, deverá disponibilizar um *link* no corpo da peça, de maneira que os referidos documentos sejam de acesso livre ao pregoeiro e demais interessados.

16.8. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

16.9. O acolhimento do recurso invalida tão somente os atos insuscetíveis de aproveitamento.

16.10. Não serão conhecidos os recursos intempestivos e/ou subscritos por representante não habilitado legalmente ou não identificado no processo licitatório para responder pelo proponente.

16.11. Os autos do processo permanecerão com vista franqueada aos interessados no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), naquilo que lhes couber e na Central de Licitações no endereço constante no subitem 7.1 deste edital.

17. DAS INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS E SANÇÕES

17.1. Comete infração administrativa, nos termos do art. 155 da Lei nº 14.133/2021, o licitante que, com dolo ou culpa:

17.1.1. Deixar de entregar a documentação exigida para o certame ou não entregar qualquer documento que tenha sido solicitado pelo pregoeiro durante o certame;

17.1.2. Salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado, não mantiver a proposta em especial quando:

17.1.2.1. Não enviar a proposta adequada ao último lance ofertado ou após a negociação;

17.1.2.2. Recusar-se a enviar o detalhamento da proposta quando exigível;

17.1.2.3. Pedir para ser desclassificado quando encerrada a etapa competitiva ou;

17.1.2.4. Apresentar proposta em desacordo com as especificações do edital;

17.1.3. Não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;

17.1.3.1. Recusar-se, sem justificativa, a assinar o contrato ou a aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração;

17.1.4. Apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação;

17.1.5. Fraudar a licitação;

17.1.6. Comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza, em especial quando:

17.1.6.1. Agir em conluio ou em desconformidade com a lei;

17.1.6.2. Induzir deliberadamente a erro no julgamento;

17.1.7. Praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;

17.1.8. Praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846/2013.

17.2. Com fulcro na Lei nº 14.133/2021, a Administração poderá, garantida a prévia defesa, aplicar aos licitantes e/ou adjudicatários as seguintes sanções, sem prejuízo das responsabilidades civil e criminal:

17.2.1. Advertência;

17.2.2. Multa;

17.2.3. Impedimento de licitar e contratar e

17.2.4. Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida sua reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade;

17.3. Na aplicação das sanções serão considerados:

17.3.1. A natureza e a gravidade da infração cometida;

17.3.2. As peculiaridades do caso concreto;

17.3.3. As circunstâncias agravantes ou atenuantes;

17.3.4. Os danos que dela provierem para a Administração Pública;

17.3.5. A implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

17.4. A sanção de multa não poderá ser inferior a 0,5% (cinco décimos por cento) nem superior a 30% (trinta por cento) do valor do contrato licitado, conforme §3º do art. 156 da Lei nº 14.133/2021.

17.4.1. A multa será recolhida no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, a contar da comunicação oficial.

17.4.1.1. Para as infrações previstas nos subitens 17.1.1, 17.1.2 e 17.1.3, a multa será de 15% (quinze por cento) do valor do contrato licitado.

17.4.1.2. Para as infrações previstas nos subitens 17.1.4, 17.1.5, 17.1.6, 17.1.7 e 17.1.8, a multa será de 30% (trinta por cento) do valor do contrato licitado.

17.5. As sanções de advertência, impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar poderão ser aplicadas, cumulativamente ou não, à penalidade de multa.

17.6. Na aplicação da sanção de multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.

17.7. A sanção de impedimento de licitar e contratar será aplicada ao responsável em decorrência das infrações administrativas relacionadas nos subitens 17.1.1, 17.1.2 e 17.1.3, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, e impedirá o responsável de licitar e contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do ente federativo a qual pertencer o órgão ou entidade, pelo prazo máximo de 3 (três) anos.

17.8. Poderá ser aplicada ao responsável a sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, em decorrência da prática das infrações dispostas nos subitens 17.1.4, 17.1.5, 17.1.6, 17.1.7 e 17.1.8, bem como pelas infrações administrativas previstas nos subitens 17.1.1, 17.1.2 e 17.1.3 que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que a sanção de impedimento de licitar e contratar, cuja duração observará o prazo previsto no art. 156, §5º, da Lei n.º 14.133/2021.

17.9. A recusa injustificada do adjudicatário em assinar o contrato, ou em aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração, descrita no subitem 17.1.3, caracterizará o descumprimento total da obrigação assumida e o sujeitará às penalidades e à imediata perda da garantia de proposta, se houver, em favor do órgão ou entidade promotora da licitação.

17.9.1. A exigência da garantia de que trata o subitem anterior, obedecerá o disposto no art. 58 da Lei Federal nº 14.133/2021.

17.10. O licitante recolherá a multa por meio de Documento de Arrecadação Estadual (DAE), podendo ser substituído por outro instrumento legal, em nome do órgão contratante, se não o fizer, será cobrada em processo de execução.

18. DA ESTIMATIVA DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

18.1. O custo estimado total da contratação é de **R\$ 171.813,35 (cento e setenta e um mil, oitocentos e treze reais e trinta e cinco centavos)**, conforme os custos unitários apostos na tabela constante do item 2 do Anexo I – Termo de Referência.

19. DA ADJUDICAÇÃO E DA HOMOLOGAÇÃO

19.1. A adjudicação do objeto e a homologação da licitação é de responsabilidade da autoridade superior.

19.2. O sistema gerará o relatório de disputa e de adjudicação e homologação.

20. DA CONTRATAÇÃO

20.1. O adjudicatário terá o prazo de 5 (cinco) dias úteis, contados a partir da convocação, para a assinatura do contrato. Este prazo poderá ser prorrogado uma vez por igual período, desde que solicitado durante o seu transcurso e, ainda assim, se devidamente justificado e aceito.

20.1.1. O contrato poderá ser assinado por certificação digital, com autenticidade reconhecida pelo ICP-Brasil.

20.2. Na assinatura do contrato será exigida a comprovação das condições de habilitação exigidas neste edital, as quais deverão ser mantidas pelo contratado durante todo o período da contratação, bem como a apresentação do Certificado de Registro Cadastral – CRC, emitido pela Secretaria de Planejamento e Gestão do Estado do Ceará.

20.3. Será exigida, ainda, a comprovação de abertura de conta no Banco BRADESCO.

20.4. Quando o adjudicatário não comprovar as condições habilitatórias consignadas neste edital, ou recusar-se a assinar o contrato, poderá ser convidado outro licitante pelo pregoeiro, desde que respeitada a ordem de classificação, para, depois de comprovados os requisitos habilitatórios e feita a negociação, assinar o contrato.

20.5. A forma de pagamento, prazo contratual, obrigações, reajuste, recebimento e demais condições aplicáveis à contratação estão definidas respectivamente nos Anexos I e III – Termo de Referência e Minuta do Termo de Contrato, parte integrante deste edital.

20.6. Da Garantia.

20.6.1. Não haverá exigência de garantia de execução para a contratação.

20.7. Da Subcontratação

20.7.1. Não será admitida a subcontratação.

21. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

21.1. A homologação do resultado desta licitação não implicará direito à contratação.

21.2. As normas disciplinadoras da licitação serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.

21.3. Os licitantes assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Administração não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório.

21.4. Na contagem dos prazos estabelecidos neste edital, excluir-se-ão os dias de início e incluir-se-ão os dias de vencimento. Os prazos estabelecidos neste edital para a fase externa se iniciam e se vencem somente nos dias e horários de expediente da Central de Licitações. Os demais prazos se iniciam e se vencem exclusivamente em dias úteis de expediente da contratante.

21.5. O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará o afastamento do licitante, desde que seja possível o aproveitamento do ato, observados os princípios da isonomia e do interesse público.

21.6. Em caso de divergência entre disposições deste Edital e de seus anexos ou demais peças que compõem o processo, prevalecerá as deste Edital.

21.7. É facultada ao pregoeiro ou à autoridade competente, em qualquer fase da licitação, a promoção de diligência destinada a esclarecer ou a complementar a instrução do processo licitatório.

21.8. O descumprimento de prazos estabelecidos neste edital e/ou pelo pregoeiro ou o não atendimento às solicitações ensejará DESCLASSIFICAÇÃO ou INABILITAÇÃO do licitante.

21.9. Toda a documentação fará parte dos autos e não será devolvida a licitante, ainda que se trate de originais.

21.10. Os representantes legais dos licitantes são responsáveis pela fidelidade e legitimidade das informações e dos documentos apresentados em qualquer fase da licitação.

21.11. Os casos omissos serão resolvidos pelo pregoeiro, nos termos da legislação pertinente.

21.12. O foro designado para julgamento de quaisquer questões judiciais resultantes deste edital será o da Comarca de Fortaleza, Capital do Estado do Ceará.

21.13. Integram este Edital, para todos os fins e efeitos, os seguintes anexos:

ANEXO I – Termo de Referência

ANEXO II – Carta Proposta

ANEXO III – Minuta do Termo de Contrato

Sobral/CE, 04 de Julho de 2024.

Francisco Carvalho de Arruda Coelho

Vice-Reitor da UVA

Emmanuel Pinto Carneiro

Assessor Jurídico da UVA

ANEXO I – TERMO DE REFERÊNCIA

Processo nº 31022.000574/2023-85

UNIDADE REQUISITANTE: PRÓ-REITORIA DE PLANEJAMENTO E ADMINISTRAÇÃO DA UVA-PROPLAD

1. DO OBJETO

1.1. Serviços de gerenciamento de hospedagem em hotel 03 (três) estrelas, incluindo alimentação, para atender as necessidades da Universidade Estadual Vale do Acaraú – UVA, localizados na sede dos municípios de Fortaleza, São Benedito, Acaraú e Camocim-Ceará, de acordo com as especificações e quantitativos previstos neste Termo.

1.2. Este objeto será realizado através de licitação na modalidade PREGÃO, na forma ELETRÔNICA, do tipo MENOR PREÇO, sob regime de execução indireta: EMPREITADA POR PREÇO UNITÁRIO.

2. DAS ESPECIFICAÇÕES E QUANTITATIVOS

GRUPO 01 - SERVIÇO DE HOSPEDAGENS EM HOTEL 03 (TRÊS) ESTRELAS, INCLUINDO ALIMENTAÇÃO (CAFÉ DA MANHÃ, ALMOÇO E JANTAR) – FORTALEZA-CE.					
ITEM	ESPECIFICAÇÃO	UNID MEDIDA	QTDE	VALOR (R\$)	
				UNIT	GLOBAL
1	1833890 – SERVIÇO DE HOTELARIA – FORNECIMENTO DE SERVIÇO DE HOTELARIA. Informação Complementar: SERVIÇOS DE HOSPEDAGEM NO MUNICÍPIO DE FORTALEZA-CE, em Hotel padrão mínimo 03 (três) estrelas com alimentação, (café da manhã, almoço e jantar). APARTAMENTO SIMPLES (ALTA ESTAÇÃO) contendo no mínimo ar-condicionado, frigobar e TV, conforme a Portaria Ministerial Mtur Nº 100/2011.	DIÁRIA	40	564,6667	22.586,67
2	1833906 – SERVIÇO DE HOTELARIA – FORNECIMENTO DE SERVIÇO DE HOTELARIA. Informação Complementar: SERVIÇOS DE HOSPEDAGEM NO MUNICÍPIO DE FORTALEZA-CE, em Hotel padrão mínimo 03 (três) estrelas com alimentação, (café da manhã, almoço e jantar). APARTAMENTO SIMPLES (BAIXA ESTAÇÃO) contendo no mínimo ar-condicionado, frigobar e TV, conforme a Portaria Ministerial Mtur Nº 100/2011.	DIÁRIA	40	450,0000	18.000,00
3	1833672 – SERVIÇO DE HOTELARIA – FORNECIMENTO DE SERVIÇO DE HOTELARIA. Informação Complementar: SERVIÇOS DE HOSPEDAGEM NO MUNICÍPIO DE FORTALEZA-CE, em Hotel padrão mínimo 03 (três) estrelas com alimentação, (café da manhã, almoço e jantar). APARTAMENTO DUPLO (ALTA ESTAÇÃO) contendo no mínimo ar-condicionado, frigobar e TV, conforme a Portaria Ministerial Mtur Nº 100/2011.	DIÁRIA	20	720,0000	14.400,00
4	1833916 – SERVIÇO DE HOTELARIA – FORNECIMENTO DE SERVIÇO DE HOTELARIA. Informação Complementar: SERVIÇOS DE HOSPEDAGEM NO MUNICÍPIO DE FORTALEZA-CE, em Hotel padrão mínimo 03 (três) estrelas com alimentação, (café da manhã, almoço e jantar). APARTAMENTO DUPLO (BAIXA ESTAÇÃO) contendo no mínimo ar-condicionado, frigobar e TV, conforme a Portaria Ministerial Mtur Nº 100/2011.	DIÁRIA	20	686,6667	13.733,33

GRUPO 02 - SERVIÇO DE HOSPEDAGENS EM HOTEL 03 (TRÊS) ESTRELAS, INCLUINDO ALIMENTAÇÃO (CAFÉ DA MANHÃ, ALMOÇO E JANTAR) – SÃO BENEDITO-CE

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	UNID MEDIDA	QTDE	VALOR (R\$)	
				UNIT	GLOBAL
5.	1833926 – SERVIÇO DE HOTELARIA – FORNECIMENTO DE SERVIÇO DE HOTELARIA. Informação Complementar: SERVIÇOS DE HOSPEDAGEM NO MUNICÍPIO DE SÃO BENEDITO-CE, em Hotel padrão mínimo 03 (três) estrelas com alimentação, (café da manhã, almoço e jantar). APARTAMENTO SIMPLES (ALTA ESTAÇÃO) contendo no mínimo ar-condicionado, frigobar e TV, conforme a Portaria Ministerial Mtur Nº 100/2011.	DIÁRIA	20	558,3333	11166,67
6.	1833682 – SERVIÇO DE HOTELARIA – FORNECIMENTO DE SERVIÇO DE HOTELARIA. Informação Complementar: SERVIÇOS DE HOSPEDAGEM NO MUNICÍPIO DE SÃO BENEDITO-CE, em Hotel padrão mínimo 03 (três) estrelas com alimentação, (café da manhã, almoço e jantar). APARTAMENTO SIMPLES (BAIXA ESTAÇÃO) contendo no mínimo ar-condicionado, frigobar e TV, conforme a Portaria Ministerial Mtur Nº 100/2011.	DIÁRIA	20	450,0000	9.000,00
7.	1833463 – SERVIÇO DE HOTELARIA – FORNECIMENTO DE SERVIÇO DE HOTELARIA. Informação Complementar: SERVIÇOS DE HOSPEDAGEM NO MUNICÍPIO DE SÃO BENEDITO-CE, em Hotel padrão mínimo 03 (três) estrelas com alimentação, (café da manhã, almoço e jantar). APARTAMENTO DUPLO (ALTA ESTAÇÃO) contendo no mínimo ar-condicionado, frigobar e TV, conforme a Portaria Ministerial Mtur Nº 100/2011.	DIÁRIA	10	590,0000	5.900,00
8.	1833692 – SERVIÇO DE HOTELARIA – FORNECIMENTO DE SERVIÇO DE HOTELARIA. Informação Complementar: SERVIÇOS DE HOSPEDAGEM NO MUNICÍPIO DE SÃO BENEDITO-CE, em Hotel padrão mínimo 03 (três) estrelas com alimentação, (café da manhã, almoço e jantar). APARTAMENTO DUPLO (BAIXA ESTAÇÃO) contendo no mínimo ar-condicionado, frigobar e TV, conforme a Portaria Ministerial Mtur Nº 100/2011.	DIÁRIA	10	714,0000	7.140,00

GRUPO 03 - SERVIÇO DE HOSPEDAGENS EM HOTEL 03 (TRÊS) ESTRELAS, INCLUINDO ALIMENTAÇÃO (CAFÉ DA MANHÃ, ALMOÇO E JANTAR) – ACARAÚ-CE

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	UNID MEDIDA	QTDE	VALOR (R\$)	
				UNITÁRIO	GLOBAL
9.	1833936 – SERVIÇO DE HOTELARIA – FORNECIMENTO DE SERVIÇO DE HOTELARIA. Informação Complementar: SERVIÇOS DE HOSPEDAGEM NO MUNICÍPIO DE ACARAÚ-CE, em Hotel padrão mínimo 03 (três) estrelas com alimentação, (café da manhã, almoço e jantar). APARTAMENTO SIMPLES (ALTA ESTAÇÃO) contendo no mínimo ar-condicionado, frigobar e TV, conforme a Portaria Ministerial Mtur Nº 100/2011.	DIÁRIA	20	545,0000	10.900,00
10.	1624440 – SERVIÇO DE HOTELARIA – FORNECIMENTO DE SERVIÇO DE HOTELARIA. Informação Complementar: SERVIÇOS DE HOSPEDAGEM NO MUNICÍPIO DE ACARAÚ-CE, em Hotel padrão mínimo 03 (três) estrelas com alimentação, (café da manhã, almoço e jantar). APARTAMENTO SIMPLES (BAIXA ESTAÇÃO) contendo no mínimo ar-condicionado, frigobar e TV, conforme a Portaria Ministerial Mtur Nº 100/2011.	DIÁRIA	20	450,0000	9.000,00
11.	1833707 – SERVIÇO DE HOTELARIA – FORNECIMENTO DE SERVIÇO DE HOTELARIA. Informação Complementar: SERVIÇOS DE HOSPEDAGEM NO MUNICÍPIO DE ACARAÚ-CE, em Hotel padrão mínimo 03 (três) estrelas com alimentação, (café da manhã, almoço e jantar). APARTAMENTO DUPLO (ALTA ESTAÇÃO) contendo no mínimo ar-condicionado, frigobar e TV, conforme a Portaria Ministerial Mtur Nº 100/2011.	DIÁRIA	10	721,6667	7.216,67
12.	1833717 – SERVIÇO DE HOTELARIA – FORNECIMENTO DE SERVIÇO DE HOTELARIA. Informação Complementar: SERVIÇOS DE HOSPEDAGEM NO MUNICÍPIO DE ACARAÚ-CE, em Hotel padrão mínimo 03 (três) estrelas com alimentação, (café da manhã, almoço e jantar). APARTAMENTO DUPLO (BAIXA ESTAÇÃO) contendo no mínimo ar-condicionado, frigobar e TV, conforme a Portaria Ministerial Mtur Nº 100/2011.	DIÁRIA	10	681,6667	6.816,67

GRUPO 04 - SERVIÇO DE HOSPEDAGENS EM HOTEL 03 (TRÊS) ESTRELAS, INCLUINDO ALIMENTAÇÃO (CAFÉ DA MANHÃ, ALMOÇO E JANTAR) – CAMOCIM-CE					
ITEM	ESPECIFICAÇÃO	UNID MEDIDA	QTDE	VALOR (R\$)	
				UNIT	GLOBAL
13.	1833946 – SERVIÇO DE HOTELARIA – FORNECIMENTO DE SERVIÇO DE HOTELARIA. Informação Complementar: SERVIÇOS DE HOSPEDAGEM NO MUNICÍPIO DE CAMOCIM-CE, em Hotel padrão mínimo 03 (três) estrelas com alimentação, (café da manhã, almoço e jantar). APARTAMENTO SIMPLES (ALTA ESTAÇÃO) contendo no mínimo ar-condicionado, frigobar e TV, conforme a Portaria Ministerial Mtur Nº 100/2011.	DIÁRIA	20	574,3333	11.486,67
14.	1833956 – SERVIÇO DE HOTELARIA – FORNECIMENTO DE SERVIÇO DE HOTELARIA. Informação Complementar: SERVIÇOS DE HOSPEDAGEM NO MUNICÍPIO DE CAMOCIM-CE, em Hotel padrão mínimo 03 (três) estrelas com alimentação, (café da manhã, almoço e jantar). APARTAMENTO SIMPLES (BAIXA ESTAÇÃO) contendo no mínimo ar-condicionado, frigobar e TV, conforme a Portaria Ministerial Mtur Nº 100/2011.	DIÁRIA	20	533,3333	10.666,67
15.	1833727 – SERVIÇO DE HOTELARIA – FORNECIMENTO DE SERVIÇO DE HOTELARIA. Informação Complementar: SERVIÇOS DE HOSPEDAGEM NO MUNICÍPIO DE CAMOCIM-CE, em Hotel padrão mínimo 03 (três) estrelas com alimentação, (café da manhã, almoço e jantar). APARTAMENTO DUPLO (ALTA ESTAÇÃO) contendo no mínimo ar-condicionado, frigobar e TV, conforme a Portaria Ministerial Mtur Nº 100/2011.	DIÁRIA	10	710,0000	7.100,00
16.	1833737 – SERVIÇO DE HOTELARIA – FORNECIMENTO DE SERVIÇO DE HOTELARIA. Informação Complementar: SERVIÇOS DE HOSPEDAGEM NO MUNICÍPIO DE CAMOCIM-CE, em Hotel padrão mínimo 03 (três) estrelas com alimentação, (café da manhã, almoço e jantar). APARTAMENTO DUPLO (BAIXA ESTAÇÃO) contendo no mínimo ar-condicionado, frigobar e TV, conforme a Portaria Ministerial Mtur Nº 100/2011.	DIÁRIA	10	670,0000	6.700,00

2.1. Havendo divergências entre as especificações deste anexo e as do sistema, prevalecerão as deste anexo.

3. DO PRAZO DE VIGÊNCIA E PRORROGAÇÃO

3.1. O prazo de vigência do contrato é de **12 (doze) meses**, contado a partir da sua publicação, na forma do art. 105 c/c o art. 94 ambos da Lei nº 14.133/2021, admitindo-se a sua prorrogação desde que a autoridade competente ateste que as condições e os preços permanecem vantajosos para a Administração, permitida a negociação com o CONTRATADO.

4. DA DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO

4.1. A descrição da necessidade da contratação e de seus quantitativos encontram-se pormenorizados em tópico específico do Estudo Técnico Preliminar (ETP), documento constitutivo da primeira etapa do planejamento de contratação, anexado a este Termo.

4.2. O objeto da contratação está previsto no Plano de Contratações Anual e com as diretrizes de logística sustentável, além de outros instrumentos de planejamento da Administração, definidos em regulamento do Poder Executivo Estadual, conforme art. 6º do Decreto Estadual nº 35.283/2023.

5. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO CONSIDERANDO TODO O CICLO DE VIDA DO OBJETO

5.1. A descrição da solução como um todo encontra-se pormenorizada em tópico específico do Estudo Técnico Preliminar (ETP), documento constitutivo da primeira etapa do planejamento de contratação, anexado a este Termo.

6. DA EXECUÇÃO DO OBJETO

6.1. O prazo de execução do objeto contratual é de **12 (doze) meses**, contado a partir do recebimento da primeira ordem de serviço ou instrumento equivalente.

6.1.1. O prazo de execução poderá ser prorrogado, nos termos da Lei nº 14.133/2021.

6.2. Condições de Execução

6.2.1. A descrição detalhada dos métodos, rotinas, etapas, tecnologias, procedimentos, frequência e periodicidade de execução do trabalho, obedecerá o seguinte:

6.2.1.1. Nos preços das diárias **deverão estar incluídos os custos com alimentação (café, almoço e jantar), tributos, taxas de serviços e quaisquer outros sobre eles incidentes.**

6.2.1.2. Não incluso na diária: despesas com frigobar, bar, lanches e demais refeições e serviços solicitados pelo hóspede. Despesas extras serão pagas pelo hóspede.

6.2.1.3. Serviços de camareira, com limpeza dos apartamentos e trocas de roupa a cada diária (no caso de contratação de 02 diárias ou mais consecutivas).

6.2.1.4. Estacionamento privativo gratuito para os hóspedes.

6.2.2. Para a execução do serviço será obedecido o seguinte Cronograma:

6.2.2.1. A CONTRATADA deverá esclarecer para o hóspede seu período de estadia, informando que caso ultrapasse o período da ordem de serviço será cobrado do próprio hóspede e não da IES.

6.2.2.2. A CONTRATADA deverá cancelar a solicitação feita na ordem de serviço sem cobranças quando a mesma for emitida até 07 dias antes da hospedagem independentemente do motivo alegado.

6.2.2.3. A CONTRATADA deverá cancelar a solicitação feita na ordem de serviço com cobrança de 50% quando a mesma for emitida até 24h antes da hospedagem independentemente do motivo alegado.

6.2.3. Quanto a Ordem de Serviço:

6.2.3.1. A Ordem de Serviço será emitida com antecedência mínima de 3 (três) dias corridos da hospedagem, sendo emitida pelo setor requisitante.

6.2.3.2. A(s) Ordem(ns) de Serviço expedida(s) indicará(ão):

- a) O nome, sobrenome e cargo do responsável pela Ordem;
- b) O e-mail e telefone do setor solicitante, para confirmação do recebimento da Ordem pela Contratada;
- c) O lote, o item e a quantidade de diárias solicitadas;
- d) A data de entrada e saída, e o número de hóspedes;
- e) O nome e sobrenome do hóspede e telefone de contato;
- f) A data da expedição da Ordem de Serviço.

6.2.4. O serviço a ser contratado tem como base as seguintes características:

6.2.4.1. O objeto contratual deverá garantir hospedagem em hotel padrão mínimo 3 (três) estrelas, incluindo alimentação, a contar do recebimento de cada Ordem de Serviço que será emitida com antecedência mínima de 3 (três) dias corridos pelo setor requisitante, conforme detalhamento neste Termo.

6.2.4.1.1. Os atrasos ocasionados por motivo de força maior ou caso fortuito, desde que justificados até 2 (dois) dias úteis antes do término do prazo de execução, e aceitos pela contratante, não serão considerados como inadimplemento contratual.

6.2.5. Especificação da garantia do serviço:

6.2.5.1. O prazo de garantia dos serviços objeto da contratação é aquele estabelecido na Lei nº 8.078/1990 (Código de Defesa do Consumidor).

7. MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO

7.1. O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133/2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

7.2. Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila.

7.3. As comunicações entre o órgão ou entidade e o contratado devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.

7.4. O órgão ou entidade poderá convocar representante do contratado para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.

7.5. Após a assinatura do contrato ou instrumento equivalente, o órgão ou entidade poderá convocar o representante do contratado para reunião inicial para apresentação do plano de fiscalização, que conterá informações acerca das obrigações contratuais, dos mecanismos de fiscalização, das estratégias para execução do objeto, do plano complementar de execução do contratado, quando houver, do método de aferição dos resultados, quando houver, e das sanções aplicáveis, dentre outros.

7.6. A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(is) do contrato, ou pelos respectivos substitutos, nos termos do *caput* do art. 117, da Lei nº 14.133/2021.

7.7. A fiscalização se responsabilizará pelo acompanhamento da execução do objeto contratual, para que sejam cumpridas todas as condições estabelecidas no contrato, de modo a assegurar os melhores resultados para a Administração.

7.7.1. O fiscal do contrato anotará no histórico de gerenciamento do contrato todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, com a descrição do que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados.

7.7.2. Identificada qualquer inexatidão ou irregularidade, o fiscal emitirá notificações para a correção da execução do contrato, determinando prazo para a correção.

7.7.3. O fiscal informará ao gestor do contato, em tempo hábil, a situação que demandar decisão ou adoção de medidas que ultrapassem sua competência, para que adote as medidas necessárias e saneadoras, se for o caso.

7.7.4 No caso de ocorrências que possam inviabilizar a execução do contrato nas datas aprazadas, o fiscal comunicará o fato imediatamente ao gestor do contrato.

7.7.5. O fiscal comunicará ao gestor do contrato, em tempo hábil, o término do contrato sob sua responsabilidade, com vistas à renovação tempestiva ou à prorrogação contratual.

7.8. O gestor do contrato coordenará a atualização do processo de acompanhamento e fiscalização do contrato contendo todos os registros formais da execução no histórico de gerenciamento do contrato, a exemplo da ordem de serviço, do registro de ocorrências, das alterações e das prorrogações contratuais, elaborando relatório com vistas à verificação da necessidade de adequações do contrato para fins de atendimento da finalidade da administração.

7.9. O gestor do contrato acompanhará a manutenção das condições de habilitação do contratado, para fins de empenho de despesa e pagamento, e anotará os problemas que obstem o fluxo normal da liquidação e do pagamento da despesa no relatório de riscos eventuais.

7.10. O gestor do contrato acompanhará os registros realizados pelos fiscais do contrato, de todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato e as medidas adotadas, informando, se for o caso, à autoridade superior àquelas que ultrapassarem a sua competência.

7.11. O gestor do contrato emitirá documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais quanto ao cumprimento de obrigações assumidas pelo contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado nos indicadores objetivamente definidos e aferidos, quando for o caso, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações.

7.12. O gestor do contrato tomará providências para a formalização de processo administrativo de responsabilização para fins de aplicação de sanções, a ser conduzido pela comissão de que trata o art. 158 da Lei nº 14.133/2021.

8. CONDIÇÕES DE RECEBIMENTO E DE PAGAMENTO

8.1. Recebimento do Serviço

8.1.1. Os serviços serão recebidos PROVISORIAMENTE, no prazo de **10 (dez) dias**, pela fiscalização, mediante termos detalhados, quando verificado o cumprimento das exigências de caráter técnico, nos termos do art. 140, I, a, da Lei nº 14.133/2021.

8.1.2. O prazo da disposição acima será contado do recebimento de comunicação de cobrança oriunda do contratado com a comprovação da prestação dos serviços a que se referem a parcela a ser paga.

8.1.3. O contratado fica obrigado a reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no todo ou em parte, o objeto em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou materiais empregados, cabendo à fiscalização não atestar a última e/ou única medição de serviços até que sejam sanadas todas as eventuais pendências que possam vir a ser apontadas no Recebimento Provisório.

8.1.3.1. A fiscalização não efetuará o ateste da última e/ou única medição de serviços até que sejam sanadas todas as eventuais pendências que possam vir a ser apontadas no Recebimento Provisório nos termos do art. 119 c/c art. 140 da Lei nº 14133/2021.

8.1.3.2. Os serviços poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

8.1.4. Quando a fiscalização for exercida por um único servidor, o termo detalhado deverá conter o registro, a análise e a conclusão acerca das ocorrências na execução do contrato, em relação à fiscalização técnica e administrativa e demais documentos que julgar necessários, devendo encaminhá-los ao gestor do contrato para recebimento definitivo.

8.1.5. Os serviços serão recebidos DEFINITIVAMENTE no prazo de **10 (dez) dias**, contados do recebimento provisório, por servidor ou comissão designada pela autoridade competente, após a verificação da qualidade e quantidade do serviço e consequente aceitação mediante termo detalhado, obedecendo os seguintes procedimentos:

8.1.5.1. Emitir documento comprobatório da avaliação realizada pelo(s) fiscal(is) no cumprimento de obrigações assumidas pelo contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado em indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações, conforme regulamento.

8.1.5.2. Realizar a análise dos relatórios e de toda a documentação apresentada pela fiscalização e, caso haja irregularidades que impeçam a liquidação e o pagamento da despesa, indicar as cláusulas contratuais pertinentes, solicitando ao contratado, por escrito, as respectivas correções;

8.1.5.3. Emitir Termo Circunstanciado para efeito de recebimento definitivo dos serviços prestados, com base nos relatórios e documentações apresentadas; e

8.1.5.4. Comunicar ao contratado para que emita a nota fiscal ou fatura, com o valor exato dimensionado pela fiscalização.

8.1.5.5. Enviar a documentação pertinente ao setor de contratos para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, no valor dimensionado pela fiscalização e gestão.

8.1.6. No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, deverá ser observado o teor do art. 143 da Lei nº 14.133/2021, comunicando-se ao contratado para emissão de nota fiscal no que pertine à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento.

8.1.7. Nenhum prazo de recebimento ocorrerá enquanto pendente a solução, pelo contratado, de inconsistências verificadas na execução do objeto ou no instrumento de cobrança.

8.1.8. O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança do serviço nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato.

8.2. Liquidação

8.2.1. Recebida a nota fiscal ou documento de cobrança equivalente, correrá o prazo de 10 (dez) dias úteis para fins de liquidação, prorrogáveis por igual período.

8.2.1.1. O prazo de que trata o subitem anterior será reduzido à metade, mantendo-se a possibilidade de prorrogação, no caso de contratações decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o inciso II do art. 75 da Lei nº 14.133/2021.

8.2.2. A liquidação da despesa consiste na verificação do direito adquirido pelo credor tendo por base os títulos e documentos comprobatórios do respectivo crédito, observando-se o disposto no art. 63 da Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964.

8.2.3. Havendo erro na apresentação da nota fiscal ou documento de cobrança equivalente, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que o contratado providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus ao contratante;

8.2.4. A nota fiscal ou documento de cobrança equivalente deverá ser obrigatoriamente acompanhada da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta *on-line* ao SICAF ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no subitem 11.4 do edital.

8.2.5. A Administração deverá realizar consulta ao SICAF para: a) verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas no edital; b) identificar possível razão que implique proibição de contratar com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas.

8.2.6. Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade do contratado, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério do contratante.

8.2.7. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, o contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência do contratado, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

8.2.8. Persistindo a irregularidade, o contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada ao contratado a ampla defesa.

8.2.9. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso o contratado não regularize sua situação.

8.3. Prazo de pagamento

8.3.1. O pagamento será efetuado no prazo de até 30 (trinta) dias úteis, contados da finalização da liquidação da despesa.

8.3.2. No caso de atraso pelo contratante, os valores devidos ao contratado serão atualizados monetariamente entre o termo final do prazo de pagamento até a data de sua efetiva realização, mediante aplicação do índice INPC de correção monetária.

8.4. Forma de pagamento

8.4.1. O pagamento será realizado mediante crédito em conta corrente do contratado, exclusivamente no Banco Bradesco S/A, conforme Lei nº 15.241/2012.

8.4.2. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

8.4.3. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

8.4.3.1. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, quando houver, serão retidos na fonte, quando da realização do pagamento, os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

8.4.4. O contratado regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123/2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

8.5. Antecipação de pagamento

8.5.1. É vedada a realização de pagamento antes da execução do objeto ou se o mesmo não estiver de acordo com as especificações deste instrumento.

9. DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE

9.1. Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pelo contratado, de acordo com este instrumento e seus anexos;

9.2. Solicitar a execução do objeto à contratada através da emissão de ordem de serviço ou instrumento equivalente.

9.3. Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas neste Termo;

9.4. Fiscalizar a execução do objeto contratual através de sua unidade competente, podendo, em decorrência, solicitar providências da contratada, que atenderá ou justificará de imediato.

9.5. Notificar a contratada de qualquer irregularidade decorrente da execução do objeto contratual.

9.6. Comunicar o contratado para emissão de nota fiscal relativa à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento, quando houver controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, conforme o art. 143 da Lei nº 14.133/2021;

9.7. Efetuar o pagamento ao contratado do valor correspondente a execução do objeto, no prazo, forma e condições estabelecidos neste termo;

9.8. Aplicar as sanções previstas na lei e edital, quando do descumprimento de obrigações pelo contratado;

9.9. Emitir explicitamente decisão sobre todas as solicitações e reclamações relacionadas à execução do presente contrato, ressalvados os requerimentos manifestamente impertinentes, meramente protelatórios ou de nenhum interesse para a boa execução do ajuste.

9.9.1. A Administração terá o prazo de 10 (dez) dias, a contar da data do protocolo do requerimento para decidir, admitida a prorrogação motivada, por igual período.

9.10. Responder eventuais pedidos de reestabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro feitos pelo contratado no prazo máximo de 60 (sessenta) dias.

9.11. Fiscalizar a execução do objeto contratual através de sua unidade competente, podendo, em decorrência, solicitar providências da contratada, que atenderá ou justificará de imediato. 9.12. Esclarecer ao setor requisitante que caso o hóspede ultrapasse o período da ordem de serviço será cobrado do próprio hóspede e não da IES.

9.13. Solicitar o cancelamento da hospedagem em até 07 dias antes da hospedagem sem pagamento.

9.14. Solicitar o cancelamento da hospedagem no prazo de 06 a 02 dias antes da hospedagem com pagamento 40% do valor.

9.15. Solicitar o cancelamento da hospedagem em até 24h antes da hospedagem com pagamento de 50% do valor.

9.16. Responsabilizar-se apenas pelo período solicitado na ordem de serviço.

9.17. Não responder por quaisquer compromissos assumidos pelo contratado com terceiros, ainda que vinculados à execução do contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato do contratado, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

10. DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO

10.1. O contratado deve cumprir todas as obrigações constantes do edital e seus anexos, assumindo como exclusivamente seus riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto, observando, ainda, as obrigações a seguir dispostas:

10.1.1. Executar o objeto em conformidade com as condições deste instrumento.

10.1.2. Manter durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.

10.1.3. Comunicar ao contratante, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas que antecede a data de conclusão do serviço os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação.

10.1.4. Atender às determinações regulares emitidas pelo fiscal ou gestor do contrato ou autoridade superior e prestar todo esclarecimento ou informação por eles solicitados.

10.1.5. Responsabilizar-se pelos danos causados diretamente à contratante ou a terceiros, decorrentes da sua culpa ou dolo, quando da execução do objeto, não podendo ser arguido para efeito de exclusão ou redução de sua responsabilidade o fato de a contratante proceder à fiscalização ou acompanhar a execução contratual.

10.1.6. Responder por todas as despesas diretas e indiretas que incidam ou venham a incidir sobre a execução contratual, inclusive as obrigações relativas a salários, previdência social, impostos, encargos sociais e outras providências, respondendo obrigatoriamente pelo fiel cumprimento das leis trabalhistas e específicas de acidentes do trabalho e legislação correlata, aplicáveis ao pessoal empregado para execução contratual. A inadimplência da contratada quanto aos encargos trabalhistas, fiscais e comerciais não transfere à contratante a responsabilidade por seu pagamento, nem poderá onerar o objeto do contrato.

10.1.7. Quando não for possível a verificação da regularidade no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores(SICAF), o contratado deverá entregar ao setor responsável pela fiscalização do contrato, junto com a nota fiscal para fins de pagamento, os seguintes documentos: 1) prova de regularidade relativa à Seguridade Social; 2) Certidão Conjunta relativa aos Tributos Federais e à Dívida Ativa da União; 3) certidões que comprovem a regularidade perante a Fazenda Estadual ou Distrital do domicílio ou sede do contratado; 4) Certidão de Regularidade do FGTS – CRF; e 5) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT;

10.1.8. Prestar imediatamente as informações e os esclarecimentos que venham a ser solicitados pela contratante, salvo quando implicarem indagações de caráter técnico, hipótese em que serão respondidas no prazo de 24 (vinte e quatro) horas.

10.1.9. Refazer o objeto contratual que comprovadamente apresente condições de defeito ou em desconformidade com as especificações deste termo, no prazo de 48 (quarenta e oito) hora(s) contados da sua notificação.

10.1.10. Cumprir, quando for o caso, as condições de garantia do objeto, responsabilizando-se pelo período oferecido em sua proposta, observando o prazo mínimo exigido pela Administração.

10.1.11. Providenciar a substituição de qualquer profissional envolvido na execução do objeto contratual, cuja conduta seja considerada indesejável pela fiscalização da contratante.

10.1.12. Responsabilizar-se pelo cumprimento de todas as obrigações trabalhistas, previdenciárias, fiscais, comerciais e as demais previstas em legislação específica, cuja inadimplência não transfere a responsabilidade ao contratante e não poderá onerar o objeto do contrato;

10.1.13. Responsabilizar-se integralmente pela observância do dispositivo no título II, capítulo V, da CLT, e demais normas do Ministério do Trabalho, relativos a segurança e a medicina do trabalho, bem como a Legislação correlata em vigor a ser exigida.

10.1.14. Respeitar a legislação relativa à disposição final ambientalmente adequada dos resíduos gerados, mitigação dos danos ambientais por meio de medidas condicionantes e de compensação ambiental e outros, conforme previsto em lei.

10.1.15. Paralisar, por determinação do contratante, qualquer atividade que não esteja sendo executada de acordo com a boa técnica ou que ponha em risco a segurança de pessoas ou bens de terceiros.

10.1.16. Cumprir, durante todo o período de execução do contrato e desde que regulamentado, a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz, bem como as reservas de cargos previstas em legislação específica.

10.1.17. Comprovar as reservas de cargos e vagas a que se referem o subitem acima, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, com a indicação dos empregados que preencheram as referidas vagas conforme disposto no art. 116, parágrafo único da Lei nº 14.133/2021.

10.1.18. Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do contrato.

10.1.19. Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento do objeto da contratação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados no art. 124, II, d, da Lei nº 14.133/2021.

10.1.20. Alocar os empregados necessários, com habilitação e conhecimento adequados, ao perfeito cumprimento das cláusulas do contrato, fornecendo os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios demandados, cuja quantidade, qualidade e tecnologia deverão atender às recomendações de boa técnica e a legislação de regência.

10.1.21. Submeter previamente, por escrito, ao contratante, para análise e aprovação, quaisquer mudanças nos métodos executivos que fujam às especificações do memorial descritivo ou instrumento congênere.

10.1.22. Conduzir os trabalhos com estrita observância às normas da legislação pertinente, cumprindo as determinações dos Poderes Públicos, mantendo sempre limpo o local de execução do objeto e nas melhores condições de segurança, higiene e disciplina.

10.1.23. Providenciar a substituição de qualquer profissional envolvido na execução do objeto contratual, cuja conduta seja considerada indesejável pela fiscalização do contratante.

10.1.24. Respeitar os princípios de proteção de dados pessoais elencados na Lei Geral de Proteção de Dados, Lei nº 13.709 de 14 de agosto de 2018 e suas alterações.

10.1.25. Esclarecer para o hóspede seu período de estadia, informando que caso ultrapasse o período da ordem de serviço será cobrado do próprio hóspede e não da IES.

10.1.26. Cancelar a solicitação feita na ordem de serviço sem cobranças quando a mesma for emitida até 07 dias antes da hospedagem independentemente do motivo alegado.

10.1.27. Cancelar a solicitação feita na ordem de serviço com cobrança de 40% quando a mesma for emitida entre 06 e 02 dias da hospedagem independentemente do motivo alegado.

10.1.28. Cancelar a solicitação feita na ordem de serviço com cobrança de 50% quando a mesma for emitida

até 24h antes da hospedagem independentemente do motivo alegado.

10.1.29. A CONTRATADA deverá fornecer uma comprovação de estadia, conforme Anexo C do Estudo Técnico Preliminar, contendo todas as informações do anexo, sempre que houver a prestação do serviço.

11. DA ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

11.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão a conta de recursos específicos consignados no Orçamento Geral do Estado.

11.2. A contratação será atendida pela seguinte dotação:

(1477) 31200002.12.364.241.20613.11.339039.1.5009100000.0 e

(28255) 31200002.12.364.241.20613.08.339039.1.5009100000.0.

11.2.1. Gestão/Unidade: Universidade Estadual Vale do Acaraú - UVA;

11.2.2. Fonte de Recursos: Tesouro Estadual (500);

11.2.3. Programa de Trabalho: 241 – Desenvolvimento Integral da Educação Superior;

11.2.4. Elemento de Despesa: 339039 (outros serviços de terceiros – pessoa jurídica);

12. DOS ANEXOS DO TERMO DE REFERÊNCIA

ANEXO A – ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR

ANEXO A – ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR – ETP

1. ÁREA REQUISITANTE

Área requisitante	Responsável
Pró-reitoria de Planejamento e Administração- UVA	Kaliny Kélvia Siqueira Lima

1.1. DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO.

1.1.1. A contratação de Empresa especializada para prestação de serviços de hospedagem é de suma importância para atender demandas advindas de atividades acadêmicas desenvolvidas por professores, colaboradores eventuais, servidores técnico-administrativos e convidados da UVA para composição de bancas examinadoras de concursos, defesa de dissertações e teses, bem como, participações em palestras, reuniões ou qualquer evento de interesse dessa Instituição, assim, faz-se necessário a contratação dos serviços de hospedagens com alimentação (café da manhã, almoço e jantar) de acordo com as especificações e condições constantes no Anexo I – Termo de Referência. Vale ressaltar que o presente objeto da licitação está voltado a atender as necessidades dos Campus da UVA, que atualmente estão em expansão para outras cidades da Região Norte, permitindo o acesso e permanência dos profissionais envolvidas nas demandas ora almejadas nos diferentes Campus localizados nas cidades de São Benedito, Acaraú e Camocim-Ceará. No presente processo também contemplamos a prestação do serviço na cidade de Fortaleza, visando facilitar a participação em reuniões, treinamentos e demais eventos, haja vista que os órgãos do Estado na sua maioria estão sediados na cidade supracitada, sendo importante garantir o acesso dos nossos Gestores e profissionais aos eventos disponibilizados nos demais órgãos. Dessa maneira, o serviço de hospedagem é essencial para o desenvolvimento das atividades desempenhadas por essa I.E.S., tendo em vista nossa localização e a necessidade de atuação em diferentes cidades.

2. DESCRIÇÃO DOS REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO NECESSÁRIOS E SUFICIENTES À ESCOLHA DA SOLUÇÃO

2.1. A Contratação do serviço de gerenciamento de hospedagem deverá ser em um hotel 03 (três) estrelas, incluindo alimentação (café da manhã, almoço e jantar), para atender as necessidades da Universidade Estadual Vale do Acaraú-UVA, localizados na sede dos municípios de Fortaleza, São Benedito, Acaraú e Camocim-Ceará, conforme Anexo A deste Estudo Técnico Preliminar.

2.2. Nos preços das diárias deverão estar incluídos os custos com alimentação (café, almoço e jantar), tributos, taxas de serviços e quaisquer outros sobre eles incidentes.

2.3. Não incluso na diária: despesas com frigobar, bar, lanches e demais refeições e serviços solicitados pelo hóspede. Despesas extras serão pagas pelo hóspede.

2.4. Serviços de camareira, com limpeza dos apartamentos e trocas de roupa a cada diária (no caso de contratação de 02 diárias ou mais consecutivas).

2.5. Estacionamento privativo gratuito para os hóspedes.

2.6. Esclarecer para o hóspede seu período de estadia, informando que caso ultrapasse o período da ordem de serviço será cobrado do próprio hóspede e não da IES.

2.7. Cancelar a solicitação feita na ordem de serviço sem cobranças quando a mesma for emitida até 07 dias antes da hospedagem independentemente do motivo alegado.

2.8. Cancelar a solicitação feita na ordem de serviço com cobrança de 40% quando a mesma for emitida entre 06 e 02 dias da hospedagem independentemente do motivo alegado.

2.9. Cancelar a solicitação feita na ordem de serviço com cobrança de 50% quando a mesma for emitida até 24h antes da hospedagem independentemente do motivo alegado.

2.10. A CONTRATADA deverá fornecer uma comprovação de estadia, conforme Anexo C deste Estudo Técnico Preliminar, contendo todas as informações do anexo, sempre que houver a prestação do serviço.

3. LEVANTAMENTO DE MERCADO.

3.1. A melhor solução é a contratação de serviço de hotelaria, não existindo outras opções de hospedagem que atendam as necessidades da Universidade Vale do Acaraú. Tendo em vista a localidade específica da prestação dos serviços, em sede dos municípios de Fortaleza, São Benedito, Acaraú e Camocim-Ceará, não foi possível a opção de adesão à Ata, por se tratar de um serviço com especificações particulares da instituição em que já existe definição de quantitativo e previsão no plano anual de aquisições de 2024.

4. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO.

4.1. A contratação pretendida, abrange a prestação de serviço de gerenciamento de hospedagem em hotel padrão mínimo 03 (três) estrelas incluindo alimentação, tal como, café da manhã, almoço e jantar, para atender as necessidades da Universidade Estadual Vale do Acaraú- UVA, localizados na sede dos municípios de Fortaleza, São Benedito, Acaraú e Camocim-Ceará, para atender demandas advindas de atividades acadêmicas desenvolvidas por professores, colaboradores eventuais, servidores técnicos administrativos e convidados da UVA para composição de bancas examinadoras de concursos, defesa de dissertações e teses.

5. ESTIMATIVA DAS QUANTIDADES A SEREM CONTRATADAS.

5.1. As quantidades estão apresentadas nos seguintes grupos:

GRUPO 01- SERVIÇO DE HOSPEDAGENS EM HOTEL 03 (TRÊS) ESTRELAS, INCLUINDO ALIMENTAÇÃO (CAFÉ DA MANHÃ, ALMOÇO E JANTAR) – FORTALEZA-CE.			
ITEM	CÓDIGO CATÁLOGO /ESPECIFICAÇÃO	UNID MEDIDA	QTDE
1	1833890 – SERVIÇO DE HOTELARIA – FORNECIMENTO DE SERVIÇO DE HOTELARIA. Informação Complementar: SERVIÇOS DE HOSPEDAGEM NO MUNICÍPIO DE FORTALEZA-CE, em Hotel padrão mínimo 03 (três) estrelas com alimentação, (café da manhã, almoço e jantar). APARTAMENTO SIMPLES (ALTA ESTAÇÃO) contendo no mínimo ar-condicionado, frigobar e TV, conforme a Portaria Ministerial Mtur Nº 100/2011.	DIÁRIA	40
2	1833906 – SERVIÇO DE HOTELARIA FORNECIMENTO DE SERVIÇO DE HOTELARIA. Informação Complementar: SERVIÇOS DE HOSPEDAGEM NO MUNICÍPIO DE FORTALEZA-CE, em Hotel padrão mínimo 03 (três) estrelas com alimentação, (café da manhã, almoço e jantar). APARTAMENTO SIMPLES (BAIXA ESTAÇÃO) contendo no mínimo ar-condicionado, frigobar e TV, conforme a Portaria Ministerial Mtur Nº 100/2011.	DIÁRIA	40
3	1833672 – SERVIÇO DE HOTELARIA – FORNECIMENTO DE SERVIÇO DE HOTELARIA. Informação Complementar: SERVIÇOS DE HOSPEDAGEM NO MUNICÍPIO DE FORTALEZA-CE, em Hotel padrão mínimo 03 (três) estrelas com alimentação, (café da manhã, almoço e jantar). APARTAMENTO DUPLO (ALTA ESTAÇÃO) contendo no mínimo ar-condicionado, frigobar e TV, conforme a Portaria Ministerial Mtur N º100/2011.	DIÁRIA	20
4	1833916 – SERVIÇO DE HOTELARIA – FORNECIMENTO DE SERVIÇO DE HOTELARIA. Informação Complementar: SERVIÇOS DE HOSPEDAGEM NO MUNICÍPIO DE FORTALEZA-CE, em Hotel padrão mínimo 03 (três) estrelas com alimentação, (café da manhã, almoço e jantar). APARTAMENTO DUPLO (BAIXA ESTAÇÃO) contendo no mínimo ar-condicionado, frigobar e TV, conforme a Portaria Ministerial Mtur Nº 100/2011.	DIÁRIA	20

GRUPO 02- SERVIÇO DE HOSPEDAGENS EM HOTEL 03 (TRÊS) ESTRELAS, INCLUINDO ALIMENTAÇÃO (CAFÉ DA MANHÃ, ALMOÇO E JANTAR) – SÃO BENEDITO-CE.			
ITEM	CÓDIGO CATÁLOGO /ESPECIFICAÇÃO	UNID MEDIDA	QTDE
5	1833926 – SERVIÇO DE HOTELARIA – FORNECIMENTO DE SERVIÇO DE HOTELARIA. Informação Complementar: SERVIÇOS DE HOSPEDAGEM NO MUNICÍPIO DE SÃO BENEDITO-CE, em Hotel padrão mínimo 03 (três) estrelas com alimentação, (café da manhã, almoço e jantar). APARTAMENTO SIMPLES (ALTA ESTAÇÃO) contendo no mínimo ar-condicionado, frigobar e TV, conforme a Portaria Ministerial Mtur Nº 100/2011.	DIÁRIA	20
6	1833682 – SERVIÇO DE HOTELARIA – FORNECIMENTO DE SERVIÇO DE HOTELARIA. Informação Complementar: SERVIÇOS DE HOSPEDAGEM NO MUNICÍPIO DE SÃO BENEDITO-CE, em Hotel padrão mínimo 03 (três) estrelas com alimentação, (café da manhã, almoço e jantar). APARTAMENTO SIMPLES (BAIXA ESTAÇÃO) contendo no mínimo ar-condicionado, frigobar e TV, conforme a Portaria Ministerial Mtur Nº 100/2011.	DIÁRIA	20
7	1833463 – SERVIÇO DE HOTELARIA – FORNECIMENTO DE SERVIÇO DE HOTELARIA. Informação Complementar: SERVIÇOS DE HOSPEDAGEM NO MUNICÍPIO DE SÃO BENEDITO-CE, em Hotel padrão mínimo 03 (três) estrelas com alimentação, (café da manhã, almoço e jantar). APARTAMENTO DUPLO (ALTA ESTAÇÃO) contendo no mínimo ar-condicionado, frigobar e TV, conforme a Portaria Ministerial Mtur Nº100/2011.	DIÁRIA	10
8	183392 – SERVIÇO DE HOTELARIA – FORNECIMENTO DE SERVIÇO DE HOTELARIA. Informação Complementar: SERVIÇOS DE HOSPEDAGEM NO MUNICÍPIO DE SÃO BENEDITO-CE, em Hotel padrão mínimo 03 (três) estrelas com alimentação, (café da manhã, almoço e jantar). APARTAMENTO DUPLO (BAIXA ESTAÇÃO) contendo no mínimo ar-condicionado, frigobar e TV, conforme a Portaria Ministerial Mtur Nº 100/2011.	DIÁRIA	10

GRUPO 03- SERVIÇO DE HOSPEDAGENS EM HOTEL 03 (TRÊS) ESTRELAS, INCLUINDO ALIMENTAÇÃO (CAFÉ DA MANHÃ, ALMOÇO E JANTAR) – ACARAÚ-CE.			
ITEM	CÓDIGO CATÁLOGO /ESPECIFICAÇÃO	UNID MEDIDA	QTDE
9	1833936 – SERVIÇO DE HOTELARIA – FORNECIMENTO DE SERVIÇO DE HOTELARIA. Informação Complementar: SERVIÇOS DE HOSPEDAGEM NO MUNICÍPIO DE ACARAÚ-CE, em Hotel padrão mínimo 03 (três) estrelas com alimentação, (café da manhã, almoço e jantar). APARTAMENTO SIMPLES (ALTA ESTAÇÃO) contendo no mínimo ar-condicionado, frigobar e TV, conforme a Portaria Ministerial Mtur Nº 100/2011.	DIÁRIA	20
10	1624440 – SERVIÇO DE HOTELARIA – FORNECIMENTO DE SERVIÇO DE HOTELARIA. Informação Complementar: SERVIÇOS DE HOSPEDAGEM NO MUNICÍPIO DE ACARAÚ-CE, em Hotel padrão mínimo 03 (três) estrelas com alimentação, (café da manhã, almoço e jantar). APARTAMENTO SIMPLES (BAIXA ESTAÇÃO) contendo no mínimo ar-condicionado, frigobar e TV, conforme a Portaria Ministerial Mtur Nº 100/2011.	DIÁRIA	20

11	1833707 – SERVIÇO DE HOTELARIA – FORNECIMENTO DE SERVIÇO DE HOTELARIA. Informação Complementar: SERVIÇOS DE HOSPEDAGEM NO MUNICÍPIO DE ACARAU-CE, em Hotel padrão mínimo 03 (três) estrelas com alimentação, (café da manhã, almoço e jantar). APARTAMENTO DUPLO (ALTA ESTAÇÃO) contendo no mínimo ar-condicionado, frigobar e TV, conforme a Portaria Ministerial Mtur Nº 100/2011.	DIÁRIA	10
12	1833717 - SERVIÇO DE HOTELARIA – FORNECIMENTO DE SERVIÇO DE HOTELARIA. Informação Complementar:SERVIÇOS DE HOSPEDAGEM NO MUNICÍPIO DE ACARAU-CE, em Hotel padrão mínimo 03 (três) estrelas com alimentação, (café da manhã, almoço e jantar). APARTAMENTO DUPLO (BAIXA ESTAÇÃO) contendo no mínimo ar-condicionado, frigobar e TV, conforme a Portaria Ministerial Mtur Nº 100/2011.	DIÁRIA	10

GRUPO 04- SERVIÇO DE HOSPEDAGENS EM HOTEL 03 (TRÊS) ESTRELAS, INCLUINDO ALIMENTAÇÃO (CAFÉ DA MANHÃ, ALMOÇO E JANTAR) – CAMOCIM-CE.			
ITEM	CÓDIGO CATÁLOGO /ESPECIFICAÇÃO	UNID.DE MEDIDA	QTDE
13	1833946 – SERVIÇO DE HOTELARIA – FORNECIMENTO DE SERVIÇO DE HOTELARIA. Informação Complementar: SERVIÇOS DE HOSPEDAGEM NO MUNICÍPIO DE CAMOCIM-CE, em Hotel padrão mínimo 03 (três) estrelas com alimentação, (café da manhã, almoço e jantar). APARTAMENTO SIMPLES (ALTA ESTAÇÃO) contendo no mínimo ar-condicionado, frigobar e TV, conforme a Portaria Ministerial Mtur Nº 100/2011.	DIÁRIA	20
14	1833956 – SERVIÇO DE HOTELARIA – FORNECIMENTO DE SERVIÇO DE HOTELARIA. Informação Complementar: SERVIÇOS DE HOSPEDAGEM NO MUNICÍPIO DE CAMOCIM-CE, em Hotel padrão mínimo 03 (três) estrelas com alimentação, (café da manhã, almoço e jantar). APARTAMENTO SIMPLES (BAIXA ESTAÇÃO) contendo no mínimo ar-condicionado, frigobar e TV, conforme a Portaria Ministerial Mtur Nº 100/2011.	DIÁRIA	20
15	1833727 – SERVIÇO DE HOTELARIA – FORNECIMENTO DE SERVIÇO DE HOTELARIA. Informação Complementar: SERVIÇOS DE HOSPEDAGEM NO MUNICÍPIO DE CAMOCIM-CE, em Hotel padrão mínimo 03 (três) estrelas com alimentação, (café da manhã, almoço e jantar). APARTAMENTO DUPLO (ALTA ESTAÇÃO) contendo no mínimo ar-condicionado, frigobar e TV, conforme a Portaria Ministerial Mtur Nº 100/2011.	DIÁRIA	10
16	1833737 – SERVIÇO DE HOTELARIA – FORNECIMENTO DE SERVIÇO DE HOTELARIA. Informação Complementar: SERVIÇOS DE HOSPEDAGEM NO MUNICÍPIO DE CAMOCIM-CE, em Hotel padrão mínimo 03 (três) estrelas com alimentação, (café da manhã, almoço e jantar). APARTAMENTO DUPLO (BAIXA ESTAÇÃO) contendo no mínimo ar-condicionado, frigobar e TV, conforme a Portaria Ministerial Mtur Nº 100/2011.	DIÁRIA	10

6. ESTIMATIVA DO VALOR DA CONTRATAÇÃO.

6.1. Os valores estimados estão descritos abaixo:

GRUPO 01- SERVIÇO DE HOSPEDAGENS EM HOTEL 03 (TRÊS) ESTRELAS, INCLUINDO ALIMENTAÇÃO (CAFÉ DA MANHÃ, ALMOÇO E JANTAR) – FORTALEZA-CE.				
ITEM	ESPECIFICAÇÃO	UNID DE MEDIDA	VR ESTIMA-DO DIÁRIA	TOTAL ESTIMADO
1	1833890 – SERVIÇO DE HOTELARIA – FORNECIMENTO DE SERVIÇO DE HOTELARIA. Informação Complementar: SERVIÇOS DE HOSPEDAGEM NO MUNICÍPIO DE FORTALEZA-CE, em Hotel padrão mínimo 03 (três) estrelas com alimentação, (café da manhã, almoço e jantar). APARTAMENTO SIMPLES (ALTA ESTAÇÃO) contendo no mínimo ar-condicionado, frigobar e TV, conforme a Portaria Ministerial Mtur No 100/2011.	DIÁRIA	564,6667	22.586,67
2	1833906 – SERVIÇO DE HOTELARIA – FORNECIMENTO DE SERVIÇO DE HOTELARIA. Informação Complementar: SERVIÇOS DE HOSPEDAGEM NO MUNICÍPIO DE FORTALEZA-CE, em Hotel padrão mínimo 03 (três) estrelas com alimentação, (café da manhã, almoço e jantar). APARTAMENTO SIMPLES (BAIXA ESTAÇÃO) contendo no mínimo ar-condicionado, frigobar e TV, conforme a Portaria Ministerial Mtur No 100/2011.	DIÁRIA	450,0000	18.000,00
3	1833672 – SERVIÇO DE HOTELARIA – FORNECIMENTO DE SERVIÇO DE HOTELARIA. Informação Complementar: SERVIÇOS DE HOSPEDAGEM NO MUNICÍPIO DE FORTALEZA-CE, em Hotel padrão mínimo 03 (três) estrelas com alimentação, (café da manhã, almoço e jantar). APARTAMENTO DUPLO (ALTA ESTAÇÃO) contendo no mínimo ar-condicionado, frigobar e TV, conforme a Portaria Ministerial Mtur No 100/2011.	DIÁRIA	720,0000	14.400,00
4	1833916 – SERVIÇO DE HOTELARIA – FORNECIMENTO DE SERVIÇO DE HOTELARIA. Informação Complementar: SERVIÇOS DE HOSPEDAGEM NO MUNICÍPIO DE FORTALEZA-CE, em Hotel padrão mínimo 03 (três) estrelas com alimentação, (café da manhã, almoço e jantar). APARTAMENTO DUPLO (BAIXA ESTAÇÃO) contendo no mínimo ar-condicionado, frigobar e TV, conforme a Portaria Ministerial Mtur No 100/2011.	DIÁRIA	686,6667	13.733,33

GRUPO 02- SERVIÇO DE HOSPEDAGENS EM HOTEL 03 (TRÊS) ESTRELAS, INCLUINDO ALIMENTAÇÃO (CAFÉ DA MANHÃ, ALMOÇO E JANTAR) – SÃO BENEDITO-CE.				
---	--	--	--	--

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	UNID DE MEDIDA	VR ESTIMA-DO DIÁRIA	TOTAL ES-TIMADO
5	1833926 – SERVIÇO DE HOTELARIA – FORNECIMENTO DE SERVIÇO DE HOTELARIA. Informação Complementar: SERVIÇOS DE HOSPEDAGEM NO MUNICÍPIO DE SÃO BENEDITO-CE, em Hotel padrão mínimo 03 (três) estrelas com alimentação, (café da manhã, almoço e jantar). APARTAMENTO SIMPLES (ALTA ESTAÇÃO) contendo no mínimo ar-condicionado, frigobar e TV, conforme a Portaria Ministerial Mtur No 100/2011.	DIÁRIA	558,3333	11.166,67
6	1833682 – SERVIÇO DE HOTELARIA – FORNECIMENTO DE SERVIÇO DE HOTELARIA. Informação Complementar: SERVIÇOS DE HOSPEDAGEM NO MUNICÍPIO DE SÃO BENEDITO-CE, em Hotel padrão mínimo 03 (três) estrelas com alimentação, (café da manhã, almoço e jantar). APARTAMENTO SIMPLES (BAIXA ESTAÇÃO) contendo no mínimo ar-condicionado, frigobar e TV, conforme a Portaria Ministerial Mtur No 100/2011.	DIÁRIA	450,0000	9.000,00
7	1833463 – SERVIÇO DE HOTELARIA – FORNECIMENTO DE SERVIÇO DE HOTELARIA. Informação Complementar: SERVIÇOS DE HOSPEDAGEM NO MUNICÍPIO DE SÃO BENEDITO-CE, em Hotel padrão mínimo 03 (três) estrelas com alimentação, (café da manhã, almoço e jantar). APARTAMENTO DUPLO (ALTA ESTAÇÃO) contendo no mínimo ar-condicionado, frigobar e TV, conforme a Portaria Ministerial Mtur No 100/2011.	DIÁRIA	590,0000	59.900,00
8	1833692 – SERVIÇO DE HOTELARIA – FORNECIMENTO DE SERVIÇO DE HOTELARIA. Informação Complementar: SERVIÇOS DE HOSPEDAGEM NO MUNICÍPIO DE SÃO BENEDITO-CE, em Hotel padrão mínimo 03 (três) estrelas com alimentação, (café da manhã, almoço e jantar). APARTAMENTO DUPLO (BAIXA ESTAÇÃO) contendo no mínimo ar-condicionado, frigobar e TV, conforme a Portaria Ministerial Mtur No 100/2011.	DIÁRIA	714,0000	7.140,00

GRUPO 03- SERVIÇO DE HOSPEDAGENS EM HOTEL 03 (TRÊS) ESTRELAS, INCLUINDO ALIMENTAÇÃO (CAFÉ DA MANHÃ, ALMOÇO E JANTAR) – ACARAÚ-CE.

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	UNID DE MEDIDA	VR ESTIMA-DO DIÁRIA	TOTAL ES-TIMADO
9	1833936 – SERVIÇO DE HOTELARIA – FORNECIMENTO DE SERVIÇO DE HOTELARIA. Informação Complementar: SERVIÇOS DE HOSPEDAGEM NO MUNICÍPIO DE ACARAÚ- CE, em Hotel padrão mínimo 03 (três) estrelas com alimentação, (café da manhã, almoço e jantar). APARTAMENTO SIMPLES (ALTA ESTAÇÃO) contendo no mínimo ar-condicionado, frigobar e TV, conforme a Portaria Ministerial Mtur No 100/2011.	DIÁRIA	545,0000	10.900,00
10	1624440 – SERVIÇO DE HOTELARIA – FORNECIMENTO DE SERVIÇO DE HOTELARIA. Informação Complementar: SERVIÇOS DE HOSPEDAGEM NO MUNICÍPIO DE ACARAÚ-CE, em Hotel padrão mínimo 03 (três) estrelas com alimentação, (café da manhã, almoço e jantar). APARTAMENTO SIMPLES (BAIXA ESTAÇÃO) contendo no mínimo ar-condicionado, frigobar e TV, conforme a Portaria Ministerial Mtur No 100/2011.	DIÁRIA	450,0000	9.000,00
11	1833707 – SERVIÇO DE HOTELARIA – FORNECIMENTO DE SERVIÇO DE HOTELARIA. Informação Complementar: SERVIÇOS DE HOSPEDAGEM NO MUNICÍPIO DE ACARAÚ- CE, em Hotel padrão mínimo 03 (três) estrelas com alimentação, (café da manhã, almoço e jantar). APARTAMENTO DUPLO (ALTA ESTAÇÃO) contendo no mínimo ar-condicionado, frigobar e TV, conforme a Portaria Ministerial Mtur No 100/2011.	DIÁRIA	721,6667	7.216,67
12	1833717 – SERVIÇO DE HOTELARIA – FORNECIMENTO DE SERVIÇO DE HOTELARIA. Informação Complementar: SERVIÇOS DE HOSPEDAGEM NO MUNICÍPIO DE ACARAÚ- CE, em Hotel padrão mínimo 03 (três) estrelas com alimentação, (café da manhã, almoço e jantar). APARTAMENTO DUPLO (BAIXA ESTAÇÃO) contendo no mínimo ar-condicionado, frigobar e TV, conforme a Portaria Ministerial Mtur No 100/2011.	DIÁRIA	681,6667	6.816,67

GRUPO 04- SERVIÇO DE HOSPEDAGENS EM HOTEL 03 (TRÊS) ESTRELAS, INCLUINDO ALIMENTAÇÃO (CAFÉ DA MANHÃ, ALMOÇO E JANTAR) – CAMOCIM-CE.

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	UNID DE MEDIDA	VR ESTIMA-DO DIÁRIA	TOTAL ES-TIMADO
13	1833946 – SERVIÇO DE HOTELARIA – FORNECIMENTO DE SERVIÇO DE HOTELARIA. Informação Complementar: SERVIÇOS DE HOSPEDAGEM NO MUNICÍPIO DE CAMOCIM-CE, em Hotel padrão mínimo 03 (três) estrelas com alimentação, (café da manhã, almoço e jantar). APARTAMENTO SIMPLES (ALTA ESTAÇÃO) contendo no mínimo ar-condicionado, frigobar e TV, conforme a Portaria Ministerial Mtur No 100/2011.	DIÁRIA	574,3333	11.486,67
14	1833956 – SERVIÇO DE HOTELARIA – FORNECIMENTO DE SERVIÇO DE HOTELARIA. Informação Complementar: SERVIÇOS DE HOSPEDAGEM NO MUNICÍPIO DE CAMOCIM-CE, em Hotel padrão mínimo 03 (três) estrelas com alimentação, (café da manhã, almoço e jantar). APARTAMENTO SIMPLES (BAIXA ESTAÇÃO) contendo no mínimo ar-condicionado, frigobar e TV, conforme a Portaria Ministerial	DIÁRIA	533,33	10.666,67

	Mtur No 100/2011.			
15	1833727 – SERVIÇO DE HOTELARIA – FORNECIMENTO DE SERVIÇO DE HOTELARIA. Informação Complementar: SERVIÇOS DE HOSPEDAGEM NO MUNICÍPIO DE CAMOCIM-CE, em Hotel padrão mínimo 03 (três) estrelas com alimentação, (café da manhã, almoço e jantar). APARTAMENTO DUPLO (ALTA ESTAÇÃO) contendo no mínimo ar-condicionado, frigobar e TV, conforme a Portaria Ministerial Mtur No 100/2011.	DIÁRIA	710,0000	7.100,00
16	1833737 – SERVIÇO DE HOTELARIA – FORNECIMENTO DE SERVIÇO DE HOTELARIA. Informação Complementar: SERVIÇOS DE HOSPEDAGEM NO MUNICÍPIO DE CAMOCIM-CE, em Hotel padrão mínimo 03 (três) estrelas com alimentação, (café da manhã, almoço e jantar). APARTAMENTO DUPLO (BAIXA ESTAÇÃO) contendo no mínimo ar-condicionado, frigobar e TV, conforme a Portaria Ministerial Mtur No 100/2011.	DIÁRIA	670,0000	6.700,00

7. JUSTIFICATIVAS PARA O PARCELAMENTO OU NÃO DA SOLUÇÃO.

7.1. Com a finalidade que a contratação atinja os resultados pretendidos optamos pelo o agrupamento dos itens para a contratação de serviço de hospedagem para atender as necessidades da Universidade Estadual Vale do Acaraú-UVA, localizados na sede dos municípios de Fortaleza, São Benedito, Acaraú e Camocim-Ceará, dar-se com o objetivo de garantir a contratação do serviço, evitando o desinteresse dos fornecedores, reduzindo as chances de que algum grupo possa resultar fracassado ou deserto, haja vista que o quantitativo dos itens combinado com o valor final, que desagrupados pode ocorrer desinteresse dos licitantes, pelo fato de estarem a um valor unitário.

Ao decidir pelo procedimento do julgamento das propostas da licitação em questão. A rigor, o agrupamento de vários itens num mesmo grupo não compromete a competitividade do certame, desde que várias empresas, que atuam no mercado, apresentem condições e aptidão para cotar todos os itens, principalmente levando-se em consideração a modalidade adotada, em que os recursos de tecnologia de informação têm como principal vantagem, encurtar distâncias, resultando em considerável ampliação da competitividade, gerando, consequentemente, inúmeras repercussões positivas num processo de licitação pública, dentre estas, a de aumentar a probabilidade da UVA firmar contrato mais vantajoso.

A Universidade, com essa decisão justificada em tal procedimento administrativo, visou manter a centralização de um único contrato para os serviços almejados, uma vez que iremos firmar contrato com a empresa adjudicatária, bem como evitar possível grupo fracassado ou deserto, buscando também aumentar o desconto oferecido pelas empresas licitantes devido ao ganho de escala no fornecimento de todos os serviços licitados. Diante de todo o exposto, evidencia-se que a contratação da solução seja dividida em grupos, formados por um ou mais itens, visto a necessidade de conferir a cada unidade participante autonomia administrativa.

A contratação em questão não será parcelada devido ser tecnicamente inviável, atendendo o disposto na lei de licitações 14.133 de 1º de abril de 2021 em seu artigo 40, INC V alínea b , "Art. 40. O planejamento de compras deverá considerar a expectativa de consumo anual e observar o seguinte: V - atendimento aos princípios: b) do parcelamento, quando for tecnicamente viável e economicamente vantajoso;"

8. CONTRATAÇÕES CORRELATAS E/OU INTERDEPENDENTES.

8.1. Inexistem contratações correlatas e/ou interdependentes à contratação prevista neste estudo

9. DEMONSTRATIVO DA PREVISÃO DA CONTRATAÇÃO.

9.1. Não obstante os serviços, objeto do presente estudo, consistir em atividade essencial do órgão, vale ressaltar que o objeto da licitação está voltado a atender as necessidades dos Campus da UVA, que atualmente estão em expansão para outras cidades da Região Norte, permitindo o acesso e permanência dos profissionais envolvidos nas demandas ora almejadas nos diferentes Campus localizados nas cidades de São Benedito, Acaraú e Camocim-Ceará.

No presente processo também contemplamos a prestação do serviço na cidade de Fortaleza, visando facilitar a participação em reuniões, treinamentos e demais eventos, haja vista que os órgãos do Estado na sua maioria estão sediados na cidade supracitada, sendo importante garantir o acesso dos nossos Gestores e profissionais aos eventos disponibilizados nos demais órgãos.

Considerando a sua natureza essencial, esta contratação está presente no Plano de Contratações Anual, visando ter êxito nas atividades finalísticas do órgão, tendo em vista nossa localização e a necessidade de atuação em diferentes cidades possam comprometer a prestação de um serviço público ou o cumprimento da missão institucional.

10. DEMONSTRATIVO DOS RESULTADOS PRETENDIDOS.

10.1. Com a presente contratação a instituição almeja alcançar, sob os aspectos da economicidade, eficácia, eficiência e de melhor aproveitamento dos recursos humanos, materiais, e financeiros disponíveis, os seguintes benefícios:

10.1.1. Economia no valor da contratação em função do ganho de escala da contratação centralizada, padronização dos valores dos itens, das descrições, assim como parâmetros de gestão e fiscalização contratual;

10.2. Desta forma, espera-se que com essa contratação, no mínimo, acomodar professores, colaboradores eventuais, servidores técnico-administrativos e convidados da UVA para composição de bancas examinadoras de concursos, defesa de dissertações e teses, bem como, participações em palestras, reuniões ou qualquer evento de interesse dessa Instituição.

11. PROVIDÊNCIAS A SEREM ADOTADAS PREVIAMENTE À CELEBRAÇÃO DO CONTRATO.

11.1. Para essa finalidade, o gerenciamento de hospedagem entende que não há necessidade de providências a serem adotadas e nem de realização de plano de ação específico para esse serviço, considerando-se que a equipe de gestão e fiscalização desta contratação possuem experiência nesse tema.

12. DESCRIÇÃO DE POSSÍVEIS IMPACTOS AMBIENTAIS E RESPECTIVAS MEDIDAS MITIGADORAS.

12.1. Não seria aplicável ao objeto da contratação (hospedagem), tendo em vista que, em relação à sustentabilidade, a escolha do hotel se pautou pelas contingências (prazo para escolha/levantamento, proximidade, etc), podendo, entretanto, ser considerado em outras contratações afins.

13. POSICIONAMENTO CONCLUSIVO SOBRE A ADEQUAÇÃO DA CONTRATAÇÃO PARA O ATENDIMENTO DA NECESSIDADE A QUE SE DESTINA.

13.1. Os Estudos Técnicos Preliminares evidenciaram que a contratação de empresa especializada na prestação de serviços de gerenciamento de hospedagem para atender as necessidades da Universidade Vale do Acaraú - Uva, mostra-se possível tecnicamente e fundamentadamente necessária. Assim, diante do exposto acima, entendemos ser viável a contratação da solução demandada.

14. DOS ANEXOS DO ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR

APÊNDICE I - ESPECIFICAÇÕES DOS SERVIÇOS

APÊNDICE II - COMPROVAÇÃO DE ESTADIA

APÊNDICE I - ESPECIFICAÇÕES DOS SERVIÇOS

OBJETO - SERVIÇO DE HOSPEDAGENS EM HOTEL PADRÃO MÍNIMO 03 (TRÊS) ESTRELAS, INCLUINDO ALIMENTAÇÃO (CAFÉ DA MANHÃ, ALMOÇO E JANTAR), PARA ATENDER AS NECESSIDADES DA UNIVERSIDADE ESTADUAL VALE DO ACARAÚ – UVA, LOCALIZADOS NA SEDE DOS MUNICÍPIOS DE FORTALEZA, SÃO BENEDITO, ACARAÚ E CAMOCIM - CEARÁ.

1. CARDÁPIO PARA REFEIÇÕES:

1.1. CAFÉ DA MANHÃ:

- a) Café
- b) Leite
- c) Pães
- d) Bolos
- e) Queijos
- f) Frios
- g) Geleia
- h) Manteiga
- i) Frutas
- j) Sucos
- k) Iogurte
- l) Cereais

1.2. ALMOÇO:

- a) Arroz, feijão, massas variadas
- b) Carnes, peixe, frango
- c) 04 tipos de saladas com folhagens
- d) 06 tipos de legumes entre crus e cozidos
- e) 01 tipo de suflê ou torta
- f) Sobremesas: três tipos
- g) Bebidas: Suco, água, refrigerante

1.3. JANTAR:

- a) Arroz, feijão
- b) Carne; Frango;

- c) 02 tipos de Saladas com folhagens;
- d) 04 tipos Legumes crus e cozidos;
- e) 01 tipo de caldo;
- f) 01 tipo de sopa;
- g) Pães e torradas para caldo e sopa;
- h) Sobremesa: três tipos;
- i) Bebidas: Suco; Água; Refrigerante.

APÊNDICE II – COMPROVAÇÃO DE ESTADIA

IDENTIFICAÇÃO DO HOTEL (PREFERENCIALMENTE EM PAPEL TIMBRADO)

1. NÚMERO DO CONTRATO:	
2. HÓSPEDE (S):	
3. DATA DE ENTRADA:	HORÁRIO DE ENTRADA:
4. DATA DE SAÍDA	HORÁRIO DE SAÍDA:

MUNICÍPIO, XX DE XX DE XXXX.

ASSINATURA DO FUNCIONÁRIO DO HOTEL

ANEXO II – CARTA PROPOSTA

À

Central de Licitações do Estado do Ceará

Ref.: Pregão Eletrônico nº 20240004.

A proposta encontra-se em conformidade com as informações previstas no edital e seus anexos.

1. Identificação do licitante:

- Razão Social:
- CPF/CNPJ e Inscrição Estadual:
- Endereço completo:
- Representante Legal (nome, nacionalidade, estado civil, profissão, RG, CPF, domicílio):
- Telefone, celular, fax, e-mail:

2. Condições Gerais da Proposta:

- A presente proposta é válida por ____ (_____) dias, contados da data de sua emissão.

3. Formação do Preço

GRUPO _____					
ITEM	ESPECIFICAÇÃO	UNIDADE DE MEDIDA	QUANTIDADE	VALOR UNITÁRIO (R\$)	VALOR TOTAL (R\$)
VALOR GLOBAL R\$					
Valor por extenso (_____)					

DECLARO, sob as sanções administrativas cabíveis, inclusive as criminais e sob as penas da lei, que toda documentação anexada ao sistema é autêntica.

Local e data

Assinatura do representante legal
(Nome e cargo)

ANEXO III – MINUTA DO TERMO DE CONTRATO

Contrato nº ____ / 20__ –

Processo nº 31022.000547/2023-85

CONTRATO QUE ENTRE SI CELEBRAM (O)A _____ E (O)
A _____, ABAIXO QUALIFICADOS, PARA O FIM QUE
NELE SE DECLARA.

O(A) _____, situada(o) na _____, inscrita(o) no CNPJ sob o nº _____, doravante denominada(o) CONTRATANTE, neste ato representada(o) pelo _____, (nacionalidade), portador da Carteira de Identidade nº _____, e do CPF nº _____, residente e domiciliada(o) em (Município - UF), na _____, e a _____, com sede na _____, CEP: _____, Fone: _____, inscrita no CPF/CNPJ sob o nº _____, doravante denominado CONTRATADO, representado neste ato pelo _____, (nacionalidade), portador da Carteira de Identidade nº _____, e do CPF nº _____, residente e domiciliada(o) em (Município - UF), na _____, têm entre si justa e acordada a celebração do presente contrato, mediante as cláusulas e condições seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DA FUNDAMENTAÇÃO

1.1. O presente contrato tem como fundamento o Pregão Eletrônico nº 20240004, e seus anexos, os preceitos do direito público, Lei Federal nº 14.133, de 1º de abril de 2021, e demais legislação aplicável ao cumprimento de seu objeto.

CLÁUSULA SEGUNDA – DA VINCULAÇÃO AO EDITAL E A PROPOSTA

2.1. O cumprimento deste contrato está vinculado aos termos do Pregão Eletrônico nº 20240004, o Termo de Referência, a proposta do contratado e eventuais anexos dos respectivos documentos os quais constituem parte deste instrumento, independente de sua transcrição.

CLÁUSULA TERCEIRA – DO OBJETO

3.1. O objeto do presente instrumento é a prestação dos serviços de gerenciamento de hospedagem em hotel 03 (três) estrelas, incluindo alimentação, para atender as necessidades da Universidade Estadual Vale do Acaraú – UVA, localizados na sede dos municípios de Fortaleza, São Benedito, Acaraú e Camocim-Ceará, nas condições estabelecidas neste contrato e no Termo de Referência do edital e na proposta do CONTRATADO.

CLÁUSULA QUARTA – DA VIGÊNCIA E PRORROGAÇÃO

4.1. O prazo de vigência deste contrato é de **12 (doze) meses**, contado a partir da sua publicação, na forma do art. 105 c/c o art. 94 ambos da Lei nº 14.133/2021, admitindo-se a sua prorrogação desde que a autoridade competente ateste que as condições e os preços permanecem vantajosos para a Administração, permitida a negociação com o CONTRATADO.

CLÁUSULA QUINTA – DA EXECUÇÃO CONTRATUAL

5.1. O regime da execução contratual, assim como os prazos e condições de conclusão, entrega, recebimento do objeto, obrigações e demais condições constam no Termo de Referência, anexo a este contrato.

CLÁUSULA SEXTA – DA SUBCONTRATAÇÃO

6.1. Não será admitida a subcontratação do objeto contratual.

CLÁUSULA SÉTIMA – DO PREÇO

7.1. O valor total da contratação é de R\$ _____ (_____)

7.1.1. No valor acima estão incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução do objeto, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação.

CLÁUSULA OITAVA – DO PAGAMENTO E DO RECEBIMENTO

8.1. O prazo para pagamento ao CONTRATADO e demais condições a ele referentes, bem como, as condições de recebimento, encontram-se definidos no Termo de Referência, anexo a este instrumento de contrato.

CLÁUSULA NONA – DO REAJUSTE

9.1. Os preços inicialmente contratados são fixos e irreajustáveis no prazo de um ano contado da data do orçamento estimado, ou seja, a data da pesquisa constante no Mapa Comparativo de Preços.

9.2. Após o interregno de um ano, os preços iniciais poderão ser reajustados, mediante a aplicação, do índice IPCA, exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.

9.3. Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.

9.4. No caso de atraso ou não divulgação do(s) índice (s) de reajustamento, o CONTRATANTE pagará ao CONTRATADO a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja(m) divulgado(s) o(s) índice(s) definitivo(s).

9.5. Nas aferições finais, o(s) índice(s) utilizado(s) para reajuste será(ão), obrigatoriamente, o(s) definitivo(s).

9.6. Caso o(s) índice(s) estabelecido(s) para reajustamento venha(m) a ser extinto(s) ou de qualquer forma não possa(m) mais ser utilizado(s), será(ão) adotado(s), em substituição, o(s) que vier(em) a ser determinado(s) pela legislação então em vigor.

9.7. Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.

9.8. O reajuste será realizado por apostilamento.

CLÁUSULA DÉCIMA – DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE E DO CONTRATADO

10.1. As obrigações referentes ao CONTRATANTE e ao CONTRATADO encontram-se, respectivamente, definidas no Termo de Referência, parte integrante deste instrumento.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DAS OBRIGAÇÕES PERTINENTES À LEI GERAL DE PROTEÇÃO DE DADOS PESSOAIS (LGPD)

11.1. O CONTRATADO declara que tem ciência da existência da LGPD e se compromete a adequar todos os procedimentos internos ao disposto na legislação, com o intuito de proteger os dados pessoais que lhe forem repassados, cumprindo, a todo momento, as normas de proteção de dados pessoais, jamais colocando, por seus atos ou por sua omissão, o CONTRATANTE em situação de violação de tais regras.

11.1.1. O CONTRATADO somente poderá tratar dados pessoais nos limites e finalidades exclusivas do cumprimento de suas obrigações com base no presente contrato e jamais poderá realizar o tratamento para fins distintos da execução dos serviços especificados no certame ou no contrato administrativo.

11.2. O tratamento de dados pessoais será realizado de acordo com as hipóteses de tratamento previstas nos arts. 7º, 11, 14, 23, 24 e 26 da LGPD e somente para propósitos legítimos, específicos, explícitos e informados ao titular, observando a persecução do interesse público e os princípios do art. 6º da LGPD e 37 da Constituição Federal de 1988.

11.3. O CONTRATADO deverá indicar, no prazo máximo de 5 (cinco) dias úteis da publicação do Aditivo, a identidade e informações de contato do seu Encarregado de Proteção de Dados, bem como, se aplicável, o endereço da página eletrônica onde essa designação é realizada, conforme estabelecido no § 1º do art. 41 da LGPD e se compromete a manter o CONTRATANTE informado sobre os dados atualizados de contato de seu Encarregado de Tratamento de Dados Pessoais, sempre que for substituído, independentemente das alterações em sua página eletrônica.

11.4. O CONTRATADO deverá cooperar com a Administração Direta e Indireta do Estado do Ceará no cumprimento das obrigações referentes ao exercício dos direitos dos Titulares previstos na LGPD e nas Leis e Regulamentos de Proteção de Dados em vigor e também no atendimento de requisições e determinações do Poder Judiciário, Ministério Público e Órgãos de Controle, quando relacionados ao objeto contratual.

11.5. O CONTRATADO não poderá disponibilizar ou transmitir a terceiros, sem prévia autorização por escrito, informação, dados pessoais ou base de dados a que tenha acesso em razão do cumprimento do objeto deste instrumento contratual.

11.5.1. Caso autorizada transmissão de dados pelo CONTRATADO a terceiros, as informações fornecidas e/ou compartilhadas devem se limitar ao estritamente necessário para o fiel desempenho da execução do instrumento contratual, adotando procedimentos de segurança que assegurem a sua confidencialidade, integridade e disponibilidade dos dados.

11.5.2. As PARTES se obrigam a zelar pelo sigilo dos dados, garantindo que apenas as pessoas que efetivamente precisam acessá-los o façam, submetendo-as, em todo caso, ao dever de confidencialidade.

11.6. Ocorrendo o término do tratamento dos dados nos termos do art. 15 da LGPD é dever do CONTRATADO eliminá-los, com exceção das hipóteses do art. 16 da mesma lei, incluindo aquelas em que houver necessidade de guarda de documentação para fins de comprovação do cumprimento de obrigações legais ou contratuais e somente enquanto não prescritas essas obrigações.

11.6.1. O CONTRATADO não poderá deter cópias ou backups, informações, dados pessoais e/ou base de dados a que tenha tido acesso durante a execução do cumprimento do objeto deste instrumento contratual.

11.6.2. O CONTRATADO deverá eliminar os dados pessoais a que tiver conhecimento ou posse em razão do cumprimento do objeto deste instrumento contratual tão logo não haja necessidade de seu tratamento.

11.6.3. O CONTRATADO fica obrigado a devolver todos os documentos, registros e cópias que contenham informação, dados pessoais, e/ou base de dados a que tenha tido acesso durante a execução do cumprimento

do objeto deste instrumento contratual, no prazo de 30 (trinta) dias corridos, contados da data de qualquer uma das hipóteses de extinção do contrato, restando autorizada a conservação apenas nas hipóteses legalmente previstas,

11.7. Caso as PARTES necessitem subcontratar atividades relacionadas ao certame/contrato em que haja tratamento dos dados, deverão exigir a vinculação do SUBCONTRATADO (suboperador) aos critérios definidos neste instrumento, fazendo-o assinar um termo de adesão ao presente contrato.

11.7.1. O CONTRATANTE deverá ser informado no prazo de 5 (cinco) dias úteis sobre todos os contratos de subcontratação (suboperadores) firmados ou que venham a ser celebrados pelo CONTRATADO.

11.7.2. Em caso de subcontratação, o CONTRATADO e o SUBCONTRATADO responderão em regime de solidariedade por eventuais danos causados aos titulares, o CONTRATANTE e a terceiros, em virtude de qualquer conduta comissiva ou omissiva inerente ao tratamento dos dados.

11.7.3. O CONTRATADO deverá assegurar que o subcontratado oferecerá o mesmo nível de segurança dos dados, produzindo e guardando evidências disso;

11.8. As PARTES devem adotar boas práticas de governança e medidas técnicas e administrativas em relação ao tratamento dos dados, compatíveis com a estrutura, a escala e o volume de suas operações, bem como a sensibilidade dos dados tratados.

11.8.1. É dever do CONTRATADO orientar e treinar seus empregados sobre os deveres, requisitos e responsabilidades decorrentes da LGPD, inclusive dará conhecimento formal aos seus empregados das obrigações e condições acordadas nesta cláusula.

11.8.2. O CONTRATADO se responsabilizará por assegurar que todos os seus colaboradores, consultores, e/ou prestadores de serviços que, no exercício das suas atividades, tenham acesso e/ou conhecimento da informação e/ou dos dados pessoais, agirão de acordo com o presente contrato, com as leis de proteção de dados e que estes respeitem o dever de proteção, confidencialidade e sigilo, devendo estes assumir compromisso formal de preservar a confidencialidade e segurança de tais dados, documento que estar disponível em caráter permanente para exibição do CONTRATANTE, mediante solicitação.

11.8.3. O CONTRATADO deverá promover a revogação de todos os privilégios de acesso aos sistemas, informações e recursos do CONTRATANTE, em caso de desligamento de funcionário das atividades inerentes à execução do presente Contrato.

11.9. Em caso de incidente de segurança em relação aos dados tratados neste certame/contrato, que comprometa a confidencialidade, a integridade e a disponibilidade dos dados, a PARTE que sofreu o incidente deverá comunicar imediatamente a ocorrência a partir de uma notificação que conterá, no mínimo:

- a) Data e hora do incidente;
- b) Data e hora da ciência pela PARTE responsável;
- c) Descrição dos dados pessoais afetados;
- d) Número de titulares afetados;
- e) Relação dos titulares envolvidos;
- f) Riscos relacionados ao incidente;
- g) Indicação das medidas técnicas e de segurança utilizadas para a proteção dos dados;
- h) Motivos da demora, no caso de a comunicação não haver sido imediata;
- i) Medidas que foram ou que serão adotadas para reverter ou mitigar os efeitos do prejuízo;
- j) O contato do Encarregado de Proteção de Dados ou de outra pessoa junto a qual seja possível obter maiores informações sobre o ocorrido;

11.9.1. Na hipótese descrita acima, as PARTES atuarão em regime de cooperação para:

- a) Definir e implementar as medidas necessárias para fazer cessar o incidente e minimizar seus impactos;
- b) Prover as informações necessárias à apuração do ocorrido no menor prazo possível;
- c) Definir o padrão de respostas a serem dadas aos titulares, terceiros, à ANPD e demais autoridades competentes.

11.10. Os dados obtidos em razão deste contrato serão armazenados em um banco de dados seguro, com garantia de registro das transações realizadas na aplicação de acesso (*log*), adequado controle baseado em função (*role based access control*) e com transparente identificação do perfil dos credenciados, tudo estabelecido como forma de garantir inclusive a rastreabilidade de cada transação e a franca apuração, a qualquer momento, de desvios e falhas, vedado o compartilhamento dessas informações com terceiros;

11.11. A critério do CONTRATANTE, o CONTRATADO poderá ser provocado a colaborar na elaboração do Relatório de Impacto à Proteção de Dados Pessoais, conforme a sensibilidade e o risco inerente dos serviços objeto deste contrato, no tocante a dados pessoais.

11.12. O CONTRATADO indenizará o CONTRATANTE, em razão do não cumprimento por parte da

CONTRATADA das obrigações previstas nas leis, normas, regulamentos e recomendações das autoridades de proteção de dados com relação ao presente contrato, de quaisquer danos, prejuízos, custos e despesas, incluindo-se honorários advocatícios, multas, penalidades e eventuais dispêndios investigativos relativos a demandas administrativas ou judiciais propostas em face do CONTRATANTE a esse título.

11.13. Em caso de responsabilização do Estado por danos e/ou violações à LGPD decorrentes do objeto do contrato, deverá ser apurado os danos que efetivamente cada uma das partes causarem ao titular dos dados, para fins de assegurar o direito de regresso do Estado nos termos da legislação.

11.13.1. O CONTRATANTE poderá realizar diligência para aferir o cumprimento dessa cláusula, devendo o Contratado atender prontamente eventuais pedidos de comprovação formulados.

11.14. Os contratos e convênios de que trata o § 1º do art. 26 da Lei nº 13.709/2018 deverão ser comunicados à ANPD.

11.15. Este instrumento pode ser alterado nos procedimentos pertinentes ao tratamento de dados pessoais, quando indicado pela autoridade competente, em especial a ANPD por meio de opiniões técnicas ou recomendações, editadas na forma da LGPD.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DA GARANTIA DE EXECUÇÃO

12.1. Não haverá exigência de garantia contratual da execução.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DAS INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

13.1. Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 14.133/2021, o CONTRATADO que:

13.1.1. Der causa à inexecução parcial do contrato;

13.1.2. Der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;

13.1.3. Der causa à inexecução total do contrato;

13.1.4. Ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;

13.1.5. Apresentar documentação falsa ou prestar declaração falsa durante a execução do contrato;

13.1.6. Praticar ato fraudulento na execução do contrato;

13.1.7. Comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;

13.1.8. Praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846/2013.

13.2. Serão aplicadas ao CONTRATADO que incorrer nas infrações acima descritas as seguintes sanções:

13.2.1. Advertência, quando o CONTRATADO der causa à inexecução parcial do contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave;

13.2.2. Impedimento de licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nos subitens 13.1.2, 13.1.3 e 13.1.4, deste contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave;

13.2.3. Declaração de inidoneidade para licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nos subitens 13.1.5, 13.1.6, 13.1.7 e 13.1.8 deste contrato, bem como nos subitens 13.1.2, 13.1.3 e 13.1.4, que justifiquem a imposição de penalidade mais grave.

13.2.4. Multa:

13.2.4.1. Moratória de 0,07% (sete centésimos por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de 10 (dez) dias.

13.2.4.2. Moratória de 0,10% (dez por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor total do contrato, até o máximo de 2% (dois por cento) pela inobservância do prazo fixado para apresentação, suplementação ou reposição da garantia.

13.2.4.2.1. O atraso superior a 20 (vinte) dias autoriza a Administração a promover a extinção do contrato por descumprimento ou cumprimento irregular de suas cláusulas, conforme dispõe o inciso I do art. 137 da Lei nº 14.133/2021.

13.2.4.3. Compensatória de 10% (dez por cento) sobre o valor total do contrato, no caso de inexecução total do objeto.

13.3. A aplicação das sanções previstas neste contrato não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado ao CONTRATANTE.

13.4. Todas as sanções previstas neste contrato poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa.

13.4.1. Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.

13.5. A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa ao CONTRATADO, observando-se o procedimento previsto no *caput* e parágrafos do art. 158 da Lei nº 14.133/2021, para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

13.6. Na aplicação das sanções serão considerados:

13.6.1. A natureza e a gravidade da infração cometida;

13.6.2. As peculiaridades do caso concreto;

13.6.3. As circunstâncias agravantes ou atenuantes;

13.6.4. Os danos que dela provierem para o CONTRATANTE;

13.6.5. A implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

13.7. Os atos previstos como infrações administrativas na Lei nº 14.133/2021, ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei nº 12.846/2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos na referida Lei.

13.8. A personalidade jurídica do CONTRATADO poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos neste contrato ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o CONTRATADO, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia.

13.9. O CONTRATANTE deverá, no prazo máximo 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ele aplicados, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (Ceis) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (Cnep), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal e no Certificado de Registro Cadastral (CRC) do Estado do Ceará.

13.10. As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do art. 163 da Lei nº 14.133/2021.

13.11. Os débitos do CONTRATADO para com o CONTRATANTE, resultantes de multa administrativa e/ou indenizações, não inscritos em dívida ativa, poderão ser compensados, total ou parcialmente, com os créditos devidos pelo referido órgão decorrentes deste mesmo contrato ou de outros contratos administrativos que o CONTRATADO possua com o mesmo órgão ora CONTRATANTE.

13.11.1. Na impossibilidade do pagamento da multa por meio de descontos dos créditos existentes ou da garantia contratual, o CONTRATADO recolherá a multa por meio de Documento de Arrecadação Estadual (DAE), podendo ser substituído por outro instrumento legal, em nome do CONTRATANTE, se não o fizer, será cobrada em processo de execução.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DA EXTINÇÃO CONTRATUAL

14.1. Este contrato se extingue nas seguintes hipóteses:

I- Quando cumpridas as obrigações de ambas as partes, ainda que isso ocorra antes do prazo estipulado para tanto, e.

II- Quando mesmo não cumpridas as obrigações nele estipuladas, ou antes do prazo nele fixado, ocorrer algum dos motivos previstos no art. 137 da Lei nº 14.133/2021, bem como amigavelmente, assegurados o contraditório e a ampla defesa.

a) Na hipótese do inciso II aplicam-se também os arts. 138 e 139 da mesma Lei.

14.2. A alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da empresa não ensejará a rescisão se não restringir sua capacidade de concluir o contrato.

14.2.1. Se a operação implicar mudança da pessoa jurídica CONTRATADA, deverá ser formalizado termo aditivo para alteração subjetiva.

14.3. O termo de rescisão, sempre que possível, será precedido:

14.3.1. Balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos;

14.3.2. Relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos;

14.3.3. Indenizações e multas.

14.4. A extinção do contrato não configura óbice para o reconhecimento do desequilíbrio econômico-financeiro, hipótese em que será concedida indenização por meio de termo indenizatório.

14.5. Este contrato poderá ser rescindido a qualquer tempo pelo CONTRATANTE, mediante aviso prévio de no mínimo 30 (trinta) dias, nos casos das rescisões decorrentes do previsto no inciso VIII, do art. 137, da Lei Federal nº 14.133/2021, sem que caiba ao CONTRATADO, direito à indenização de qualquer espécie.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DA ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

15.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento Geral do Estado deste exercício, na dotação abaixo discriminada, conforme o caso:

31200002.12.364.241.20613.11.339039.1.5009100000.0

31200002.12.364.241.20613.08.339039.1.5009100000.0.

15.1.1. Gestão/Unidade: Universidade Estadual Vale do Acaraú - UVA

15.1.2. Fonte de Recursos: Tesouro Estadual (500);

15.1.3. Programa de Trabalho: 241 – Desenvolvimento Integral da Educação Superior;

15.1.4. Elemento de Despesa: 339039 (outros serviços de terceiros – pessoa jurídica).

15.2. A dotação relativa aos exercícios financeiros subsequentes será indicada após aprovação da Lei Orçamentária respectiva e liberação dos créditos correspondentes, mediante apostilamento.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – DAS ALTERAÇÕES

16.1. Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina dos arts. 124 e seguintes da Lei nº 14.133/2021.

16.2. O CONTRATADO é obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

16.3. Registros que não caracterizam alteração do contrato podem ser realizados por simples apostila, dispensada a celebração de termo aditivo, na forma do art. 136 da Lei nº 14.133/2021.

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – DOS CASOS OMISSOS

17.1. Os casos omissos serão decididos pelo CONTRATANTE, segundo as disposições contidas na Lei nº 14.133/2021, e demais normas estaduais aplicáveis e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na Lei nº 8.078/1990 – Código de Defesa do Consumidor – e normas e princípios gerais dos contratos.

CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA – DA PUBLICAÇÃO

18.1. Incumbirá ao CONTRATANTE divulgar o presente instrumento no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), na forma prevista no art. 94 da Lei 14.133/2021, bem como no respectivo sítio oficial na Internet, em atenção a Lei nº 12.527/2011, regulamentada no Estado do Ceará pela Lei nº 15.175/2012.

CLÁUSULA DÉCIMA NONA – DO FORO

19.1. Fica eleito o foro do município da sede do CONTRATANTE, para dirimir os litígios que decorrerem da execução deste Termo de Contrato que não puderem ser compostos pela conciliação, conforme art. 92, §1º, da Lei nº 14.133/2021.

E, por estarem de acordo, foi mandado lavrar o presente contrato, que está visado pela Assessoria Jurídica do CONTRATANTE, e do qual se extraíram 3 (três) vias de igual teor e forma, para um só efeito, as quais, depois de lidas e achadas conforme, vão assinadas pelos representantes das partes e pelas testemunhas abaixo.

Local e data

(nome do representante)

CONTRATANTE

(nome do representante)

CONTRATADO

Testemunhas:

(nome da testemunha 1)

RG:

CPF:

(nome da testemunha 2)

RG:

CPF:

Visto:

(nome do(a) procurador(a)/assessor(a) jurídico(a) da CONTRATANTE)